



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 132

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 2020

ANO IX



### SUMÁRIO

<b>TAQUIGRAFIA</b> .....	<b>Capa</b>
<b>SUP. DE RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>1750</b>
<b>SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES</b> .....	<b>1750</b>

### TAQUIGRAFIA

#### 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA

EM: 21.07.2020  
INÍCIO: 15h03min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SECRETÁRIO: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 22ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Senhor Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - Proceda à leitura do Expediente recebido.

#### EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 160/2020 – Poder Executivo, comunicando a abertura de Crédito Extraordinário por Excesso de Arrecadação, por meio do Decreto nº 25.203 de 07 de julho de 2020.

02 – Mensagem nº 161/2020 – Poder Executivo, comunicando a abertura de Crédito Adicional Extraordinário por Excesso de Arrecadação, por meio do Decreto nº 25.109 de 02 de junho de 2020.

03 – Mensagem nº 162/2020 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que "Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011."

04 – Ofício nº 3526/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1019/2020 de autoria do Senhor Deputado Chiquinho da Emater.

05 – Ofício nº 3567/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1011/2020 de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

06 - Ofício nº 3565/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1086/2020 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

07 – Ofício nº 3492/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1059/2020 de autoria do Senhor Deputado Cirone Deiró.

08 – Ofícios nºs 2317, 3569/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimentos nºs 844, 845, 1006/2020 de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

#### MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES  
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON  
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN  
2º Secretário: DR. NEIDSON  
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA  
4º Secretário: EDSON MARTINS

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*  
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

09 – Ofício nº 3562/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1079/2020 de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

10 – Ofício nº 234/2020 – Prefeitura Municipal de Cerejeiras, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1052/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

11 - Ofício nº 110/2020 – Prefeitura Municipal de Buritis, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1052/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

12 – Ofício nº 021/2020 – Prefeitura Municipal de Theobroma, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1052/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

13 - Ofício nº 073/2020 – Prefeitura Municipal de Alvorada D'Oeste, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1052/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

14 – Ofício nº 477/2020 – Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, encaminhando resposta ao Requerimento nº 959/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

15 - Ofício nº 3484/2020 – DITELIR encaminhando resposta ao Requerimento nº 1077/2020 de autoria do Senhor Deputado Eyder Brasil.

16 - Ofício nº 3502/2020 – DITELIR encaminhando resposta ao Requerimento nº 1003/2020 de autoria do Coletivo.

17 - Ofícios nºs 3485, 3460, 3347/2020 – DITELIR encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1075, 1076, 1062/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

18 - Ofícios nºs 3345, 3500, 3483, 3494, 3459, 3493, 3491, 3489, 3488, 3553, 3541, 3566, 3568, 3550/2020 – DITELIR encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1042, 1070, 1065, 1068, 1066, 1067, 1049, 1072, 1055, 1073, 1071, 1072, 991, 1053, 1057/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

19 – Ofício nº 3468/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 0771/2020 de autoria do Senhor Deputado Cirone Deiró.

20 – Ofício nº 3510/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 0804/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

21 - Ofício nº 3469/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 0774/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

22 - Ofício nº 3538/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 0318/2020 de autoria do Senhor Deputado Alex Silva.

23 – Ofício nº 3573/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 098/2020 de autoria do Senhor Deputado CB Jhony Paixão.

24 – Ofício nº 3563/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Ofício ALE-01052/2020 de autoria da Secretaria Legislativa e Beni.

25 - Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis, solicitando reconhecimento de Calamidade Pública no Município de Alto Alegre dos Parecis.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Lido o Expediente, passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra o nobre Deputado Cirone Deiró, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Boa tarde, Senhor Presidente. Boa tarde, amigos deputados, nossos colegas deputados que estão aí, trabalhando remotamente, a todas as pessoas do Estado de Rondônia que nos assistem. Queria aqui estar falando de coisas melhores para o Estado de Rondônia, mas venho falar aqui aos nossos deputados, principalmente aos deputados do interior do Estado de Rondônia, trazer uma grave denúncia referente à nossa Macro 2. Nós temos, ali na cidade de Cacoal, o Hospital Regional, o Hospital Heuro, que têm a responsabilidade de atender 850 mil pessoas no Estado de Rondônia. Nós, desde a votação do Decreto de Calamidade Pública do Estado de Rondônia, nós vimos pedindo ao governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, um planejamento para atendimento dos pacientes naquelas unidades. E, infelizmente, foram viradas as costas para a Macro 2 aqui do Estado de Rondônia.

Por diversas vezes usei esta tribuna, por videoconferências, reuniões, telefonemas, e a nossa Secretaria de Saúde não atendeu ao nosso pedido, ao pedido de vários deputados aqui desta Casa, de fazer um planejamento, uma organização, para que aquela cidade, aquela região possa atender adequadamente os pacientes da região do interior do Estado de Rondônia. E hoje nós estamos pagando o preço.

Ontem saí às 4 horas da manhã da cidade de Cacoal, para as 10 horas fazer uma reunião aqui com a Casa Civil e com o Secretário Adjunto da Saúde, Nélio, aonde eu vim relatar pessoalmente ao Secretário da Casa Civil Júnior Gonçalves a necessidade do governo intervir naquela região. Nós, ontem, tivemos um ofício feito pelos médicos daquela unidade, onde fala que não tem mais condições de atender ninguém, lá no Heuro, em Cacoal. Por que aconteceu isso? Por falta de planejamento. Nós vínhamos pedindo que o governo adequasse os leitos, nós vínhamos pedindo que o governo mobilizasse os leitos de UTI, que fizesse contratação de leitos de UTI. Mas nós não tivemos êxito nesses nossos pedidos.

Nós, essa semana, tivemos mais de 100 pessoas que trabalham na Saúde do Estado de Rondônia afastadas por falta de condições de trabalhar ou suspeitas do Covid ou que confirmaram Covid, ou médicos que foram afastados com Covid, inclusive, intubados e estão na UTI.

Nós, que somos Governo do Estado junto com a Assembleia Legislativa pedimos isso. O corpo médico está se sentindo exausto do atendimento médico, até 48 horas sem ir para casa porque não tem outro para substituí-lo no atendimento aos pacientes, na cidade de Cacoal.

E, infelizmente, senhores, nós tivemos pacientes essa semana, de outras patologias que faleceram pelo tempo que ficaram dentro das enfermarias no Hospital Regional. Precisando fazer cirurgias, os enfermeiros preparam esses pacientes, chega na hora, não podem operar porque não tem médicos na escala, porque falta RH e daí adquiriram outras doenças como pneumonia, etc., e vieram a falecer, principalmente, pessoas da terceira idade.

Então, eu quero chamar a atenção para a Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia: vocês deslocaram hoje uma equipe para fazer uma avaliação. No meu entender, que não sou médico, é tardio. Mas agora é o momento de ação. É o momento que a floresta está pegando fogo e nós precisamos dos bombeiros para apagar esse fogo. Então, nós precisamos

que o governo dirija o seu foco, todas as suas forças para a região, para a Macro 2, em Cacoal.

Nós não podemos permitir que a nossa equipe, os nossos médicos, as nossas enfermeiras, o RH fiquem desanimados. Mas se nós não tivermos uma liderança, alguém que realmente decida na Secretaria de Saúde, nós vamos perder todo o nosso corpo técnico, os nossos médicos e enfermeiros que estão exaustos, não sabem o que fazer. Precisam de um direcionamento. Então, eu vim pedir ao nosso Presidente, aos colegas deputados que ajudem a solicitar ao governo, solicitar à Secretaria de Saúde uma ação contundente, uma ação com eficiência para a Macro 2, que está localizada na cidade de Cacoal.

Se nós não tivermos esse foco, nós vamos perder muitas pessoas, vamos perder muitos profissionais que estão desanimados, pedindo conta, porque não sabem o que fazer. Então, essa é a nossa denúncia hoje à tarde, do que, realmente, está acontecendo na Macro 2: a falta de planejamento, a falta de eficiência. E quando manda um técnico para lá, que esteve em Cacoal na reunião do Ministério Público, eu falei para ele da necessidade de fazer um planejamento, ele virou para mim, Presidente, e falou: "Nós vamos trazer aqui o protocolo do Albert Einstein, do Sírio-Libanês." Eu virei para ele e falei: "Você não precisa trazer esse protocolo aqui. Você precisa colocar ar-condicionado nesses hospitais. O senhor precisa colocar atendentes, precisa organizar a equipe. Nós não queremos hospital de alto padrão. Nós queremos, simplesmente, atender a população de Rondônia." E nem isso ele conseguiu fazer. E fica aí, gravando fazendo *live*, falando alto, que quer convencer as pessoas falando alto e não é desse jeito que nós vamos resolver os problemas da Saúde aqui no Estado de Rondônia. É enfrentando o problema, não é jogando para debaixo do tapete.

Então, nós, deputados do interior do Estado de Rondônia, estamos sujeitos a passar a maior decepção da nossa vida, da nossa carreira política que é o não atendimento à nossa população do Estado de Rondônia, pelo menos um acolhimento, um atendimento digno tanto na Covid, quanto em outras patologias.

Então, fica aqui o meu desabafo em relação a esse mau atendimento da Secretaria de Saúde do Estado com a Macro 2, que é ali na região de Cacoal. Meu muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Nós vamos falar também sobre essa questão, essa preocupação, Deputado Cirone. Esse discurso dele muito bem colocado sobre a Saúde, que está entrando em colapso na Macro 2, no município de Cacoal.

Com a palavra, agora, o Deputado Ismael Crispin, por cinco minutos, sem aparte. **(fora do microfone)**

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente, Senhores Deputados que se fazem presentes na plenária da Casa e aqueles que nos acompanham de forma remota, pelo aplicativo. Também os nossos internautas que nos acompanham, acompanham a Sessão da Assembleia Legislativa.

Quero cumprimentar, aqui, de forma muito especial o Deputado Cirone Deiró, que fez uma fala que, de fato, nos preocupa. E não será diferente, Deputado Cirone, o nosso comentário da tribuna desta Casa, hoje. Primeiro, vou ser

solidário ao Secretário de Estado de Saúde, Dr. Fernando Máximo, que ainda não se recuperou do acometimento da Covid-19. Isso prova que o vírus que chegou, anunciado desde o primeiro momento - a pandemia mundial de saúde -, ele não respeita ninguém. Ele não olha idade, ele não olha tamanho, ele não olha a cor. Ele chega em todos os cantos. Chega no pobre e chega, também, no rico.

Mas eu recorro também que, desta tribuna, no mês de março, quando esta Casa votava o reconhecimento do estado de calamidade pública, nós trouxemos aqui uma indagação e um alerta ao Governo do Estado, porque nós sabíamos que íamos entrar numa grande demanda naquele momento.

Primeiro, nós tínhamos a discussão da saúde do povo rondoniense. Mas sabíamos, também, da dificuldade que enfrentaria a economia. Então, nós pedimos ao governo que desenhasse, que planejasse, uma estratégia para este momento. Há quem diga que nenhuma estratégia poderia dar certo, porque não se sabe com o que se está lidando. Mas pior que isso é não fazer nenhuma estratégia. E aí, eu sou obrigado, no dia de hoje, a falar sobre a Macro 2, que é também, minha região.

O município de Cacoal, município no centro do Estado, ficou com a obrigação de receber mais de 800 mil pessoas daquelas que, entre essas 800 mil pessoas, fossem acometidas pelo Covid-19. Acontece que, primeiro, a falta de estrutura, que não se houve providência, e ontem, Deputado Chiquinho, à noite, já, eu recebi um telefonema de uma médica do município de Cacoal, muito conhecida do Deputado Cirone Deiró, em total desespero, porque o corpo técnico da Secretaria de Saúde do Hospital Heuro já não suporta mais. O quadro clínico, para se ter condições de atendimento, já não existe mais, Deputado Ezequiel Neiva. E aí, segundo a informação, não há essa mobilidade, em tempo necessário, para dar uma resposta aos profissionais que estão na linha de frente fazendo o enfrentamento. A médica me disse o seguinte: "A ala da Covid, onde estão as pessoas para fazerem o enfrentamento, no dia de ontem, não tinha um médico sequer." E esta resposta, senhores, quem tem que dar é o Estado.

Eu lamento aqui o estado de saúde do Secretário Fernando Máximo, mas o governo precisa ter uma equipe pronta para dar resposta à sociedade rondoniense. É preciso estar, neste momento, muito preocupado. E aí, nós votamos aqui. Faço aqui até uma lamentação. Porque se expor ao risco de vida, o Estado não conseguiu atrair médicos para esse momento porque a gratificação para o enfrentamento da Covid foi de R\$ 300,00. Infelizmente, nós não podíamos aumentar esse valor, porque daí a competência é do Poder Executivo.

Quem quer vir para o Estado de Rondônia para fazer um enfrentamento da Covid para ganhar R\$ 8 mil? Ninguém quer vir. Então nós estamos vivendo este momento, um momento espantoso, em que o Governo do Estado precisa, não se lamentar, mas fazer o enfrentamento à altura. E é por isso que no dia de hoje eu me somo aqui à fala do Deputado Cirone Deiró, preocupado com a região Macro 2. Deputado Cirone Deiró, que é, também... Claro que nós levantamos um clamor pelo Estado de Rondônia, mas aquela região é a nossa região, é a nossa base, e nós apoiamos muito, porque nós temos a proximidade da sociedade.

Então, senhores, fica aqui o nosso clamor e esse registro que considero importante em defesa da Saúde do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Ismael Crispin. Próximo orador inscrito, Deputado Adelino Follador.

Só para complementar essas palavras do Deputado Ismael Crispin e Deputado Cirone Deiró, provavelmente o Deputado Adailton Fúria, também, deva tocar nesse tema, a preocupação, e isso o governo precisa tomar providência urgente, do colapso em que está entrando o Hospital Heuro, em Cacoal. São vários profissionais, não só médicos, como enfermeiros, enfim, geral, acometidos da Covid, Deputado Cirone, e outros pedindo exoneração, demissão. A falta de gestão, a falta de comprometimento com o interior, com o Hospital Heuro.

Eu também lamento muito a questão do Secretário Fernando Máximo, e a gente agradece a Deus pela recuperação que ele está tendo, um pouco lenta, mas, com certeza, vai ficar bem, um jovem, mas ainda vai ficar um tempo no Hospital. Eu vejo a força de vontade do Adjunto, mas não tem o poder de decisão, não sei se falta a caneta a ele, para tomar a decisão; alguns assessores e diretores da Secretaria de Estado de Saúde - como o Deputado Cirone Deiró me relatou ontem -, que acham que são maiores que um parlamentar eleito pela população, aliás, acham que são maiores até que o Governador, e só prometem e falam, falam, esses assessores e nada acontece. Por isso que a Saúde está nessa questão.

Então, eu acho necessário que o governo, com urgência, tome uma posição de colocar alguém, Deputado Jair Montes, enquanto o Secretário Fernando Máximo está se recuperando, colocar alguém junto com o Adjunto, com poder de decisão, para que a gente não entre, aí sim, num colapso inevitável e, com isso, trazendo prejuízo a nossa população.

Nós estamos com um problema sério no Heuro de outras patologias. A gente não está falando da Covid aqui, mas de outras doenças. Pessoas perdendo a vida por falta de leitos de UTI. Pessoas idosas precisam de cirurgia, mas para fazer tem que ter o leito de UTI, já aconteceu isso essa semana. Pessoas sofrendo com dor por falta de transferência aqui para Porto Velho. Então, precisa-se tomar uma posição com urgência.

Eu acho que nós do interior somos mais de 2/3 da população rondoniense. E temos, de verdade, um complexo hospitalar público do Estado, do SUS, no interior: Cacoal.

Então, Deputado Cirone, o seu pronunciamento é muito preocupante. E a gente soma com ele, como o Deputado Crispin somou, eu vou somar, e todos os outros aqui com certeza vão somar, porque é uma realidade que está vivendo, um drama na Saúde do Município de Cacoal, e justamente neste momento em que nós estamos com o Secretário acometido pela Covid, não pode nem haver cobrança a ele neste momento, devido a isso, mas a sua equipe precisa ser cobrada. O governo precisa urgentemente colocar um Secretário interino na Saúde para dar suporte ao Adjunto, para que tome as decisões. As decisões estão sendo tomadas na Casa Civil. Que eu saiba o Chefe da Casa Civil não tem experiência nenhuma em Saúde. Então, por mais esforçado que seja nessa questão da Covid, mas não tem experiência, conhecimento nenhum.

Então, precisa urgentemente colocar alguém que tenha conhecimento na área, para poder responder pela Secretaria até que o nosso Secretário possa retornar ao trabalho.

Deputado Adelino Follador, por cinco minutos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Senhores Deputados aqui presentes, deputados que também estão no interior participando desta Sessão, para nós é um prazer muito grande mais uma vez estar aqui nesta tribuna, e falar com certeza dessa preocupação da Casa Civil com esta ação, a falta de agilidade junto ao Governo do Estado em substituir o Secretário, que está doente. Já deveria ter sido substituído.

Queria somar à preocupação com o Presidente, que falou agora, com o Deputado Cirone, lá de Cacoal, com o Deputado Fúria também, lá de Cacoal, com o Deputado Crispin, que trouxeram um tema de muita importância e, com certeza, hoje nós estamos muito preocupados - toda população - com essa insegurança na Saúde. Nós precisávamos que o Governo do Estado já tivesse substituído o Secretário para que, com certeza... O Adjunto está lá, mas ele não tem as decisões que precisa ter para poder..

E também gostaria de dizer que nós hoje estivemos lá nos Bombeiros, com o Subcomandante dos Bombeiros, levando um abaixo-assinado de todos os pastores de Ariquemes, de toda região de Ariquemes, com praticamente todas as igrejas pedindo, suplicando que seja alterado esse Decreto. E nós já encaminhamos esse documento ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, com cópia para o Governador, com cópia para a Casa Civil, para que tomem providência o mais rápido possível, e que alterem. É só reeditar esse Decreto e deixar de atrapalhar essas igrejas, que hoje, se forem cumprir as exigências, mais de 50, mais de 60% fecham.

Então, eu gostaria de dizer aos pastores, também aos padres que também me trouxeram essa preocupação, dizer que nós estamos aí e o Subcomandante dos Bombeiros... Como o Deputado Laerte já brigou muito com essa situação, nós precisamos resolver isso o mais rápido possível, que, neste momento, hoje, as igrejas são necessárias para a população, que está passando por este momento. Nós sabemos que tem problema de saúde, mas tem muito problema psicológico, e as igrejas, além dos trabalhos que fazem na área social, elas são muito importantes.

Gostaria também de dizer que, inclusive ligando para a Casa Civil duas vezes hoje - ele não atendeu -, e o Secretário de Educação, que eu tentei já entrar em contato na semana passada - e não me retornou -, para tirar algumas dúvidas que nós tínhamos. Ontem eu liguei, hoje também, e não está atendendo, não está trazendo os pedidos.

Então, nós estamos convocando aqui o Secretário de Educação na próxima semana, terça-feira, 11 horas da manhã, que, convocando, talvez ele traga esses pedidos, essas reivindicações que nós fizemos aqui. Quando está planejando pagar o piso salarial para os professores? Nós sabemos que é lei, tem que ser cumprida. E nós precisamos que ele traga e discuta aqui como vai pagar, quando vai pagar, como vai fazer para abrir as escolas. O comércio está abrindo. Nós precisamos saber qual o planejamento. Nós estamos vendo Secretário de Educação muito sumido e nós não estamos vendo os

investimentos na educação que estavam previstos para este ano, como a quadra lá no Garimpo Bom Futuro, na escola estadual. Foi um compromisso que estava no orçamento. Até agora não se vê nada, não vi nenhuma licitação.

Então, nós precisamos saber do Secretário como está o Programa do Ir e Vir, que é um projeto que nós batalhamos tanto para aprovar nesta Casa, que é o transporte escolar: se está repassando para os municípios, se não está, como está. Também da merenda escolar, se já atendeu o resto, os outros estudantes que não foram atendidos da primeira etapa. Neste momento, até este momento, nós não temos essas explicações, essas respostas. Por isso, nós queremos que o Secretário de Educação venha para que a gente consiga dialogar, para dar uma satisfação para a comunidade, para a sociedade em geral.

Então, eu gostaria de deixar aqui registrada essa nossa preocupação com a Secretaria de Educação, porque agora, com a abertura do comércio, nós precisamos também... As pessoas vão trabalhar e não tem com quem deixar as crianças. Se o comércio abrir, tem que ter também as escolas. É claro numa programação com distanciamento, com gel, com responsabilidade. Nós precisamos atender as nossas crianças também.

Então, precisa que o Secretário - e convidar todos os deputados que quiserem, na terça-feira que vem, 11 horas, para virem - e a gente consiga dialogar com o Secretário de Educação, que eu tenho certeza que vai ser muito produtiva essa reunião. Obrigado, Presidente.

**O SR. LAERTE GOMES (Presidente)** – Obrigado, nobre Deputado Adelino Follador.

Com a palavra, por cinco minutos, o líder do governo, Deputado Eyder Brasil.

**O SR. EYDER BRASIL** - Boa tarde, Presidente Laerte Gomes. Boa tarde aos nobres pares, que nos acompanham aqui, de forma presencial e também de forma remota. Boa tarde aos profissionais da imprensa. Boa tarde a todos vocês que nos acompanham através dos nossos canais de comunicação: TV Assembleia, pelo YouTube TV Assembleia, também pelo nosso canal, pela nossa página do Facebook, TV Assembleia.

Quero aqui apenas registrar os meus votos de felicidade pela recuperação do nosso amigo, Deputado Jean Oliveira. Ontem circulou nas redes sociais, inclusive na mídia, o vídeo em que o nosso parlamentar, o nosso amigo, gravou falando da sua recuperação. Também pela recuperação da nossa Primeira-Dama, Luana Rocha, e Secretária da Seas. E também pela recuperação do nosso Secretário de Saúde, Fernando Máximo. A gente entende e espera que assim seja de muitos outros rondonienses que são acometidos, que são internados, que estão em UTIs, que possam recuperar sua saúde. Que Deus possa abençoar com muita saúde e, assim, voltar para o seio dos seus lares, dos seus familiares.

Quero aqui parabenizar o governo, a gestão do Coronel Marcos Rocha, porque, mesmo em meio a tudo isso, o governo não deixou de trabalhar, o governo não deixou de caminhar, de seguir em frente. Ficam aqui os meus parabéns a toda equipe, a toda equipe de secretariado, superintendente, diretores que continuaram os trabalhos. E nós, Deputado Adelino Follador,

que temos caminhado por todo o Estado de Rondônia - o senhor é conhecedor disso -, temos escritório lá em Ariquemes, Ji-Paraná, em Vilhena, temos visto as coisas acontecendo.

Quero aqui parabenizar toda esta Casa, que fez o seu papel constituinte previsto nas nossas leis. Cobraram, fiscalizaram e houve a mudança necessária e, assim, as coisas estão acontecendo. Parabenizar aqui o meu amigo Elias Rezende pelo trabalho que já vem apresentando em nossas estradas, em nossas ROs. Não tem parado de trabalhar, todos os dias. Tem visitado todo o Estado de Rondônia, trabalhando por todo o Estado de Rondônia. Quero aqui parabenizar o serviço de todo DER por continuar o trabalho, por se fazer forte e firme e, mesmo em meio à pandemia que o Estado está vivendo, que o mundo está vivendo, o DER não tem deixado de trabalhar mesmo com todos os obstáculos. Parabéns ao amigo Elias Rezende e toda sua equipe. Esperamos que logo, logo a Seosp também esteja ativa, esteja trabalhando, esteja realizando as obras e o progresso que Rondônia necessita. Obrigado, Presidente.

**O SR. LAERTE GOMES (Presidente)** – Obrigado, líder Eyder Brasil.

Deputado Chiquinho da Emater, com a palavra por cinco minutos. Em seguida, Jair Montes. Depois, Deputado Lazineho, Deputado Fúria.

**O SR. CHIQUINHO DA EMATER** - Senhor Presidente, Deputado Laerte, nobres colegas deputados estaduais. Quero aqui, Deputado Cirone, fazer coro também com o senhor. Eu tenho acompanhado a Saúde em Cacoal e a gente tem visto que o Hospital, que o Heuro, está abandonado. O diretor de lá é um menino jovem, eficiente, mas, infelizmente, Deputado Alex, está faltando recursos humanos para ele, está faltando medicamento, está faltando equipamentos. E nós precisamos que aquele hospital de Cacoal, que atende todo Cone Sul; que atende toda região da Mata; que atende todo rio Machado; que atende a 429, que vai de Jaru até Cacoal, uma região com quase 800 mil habitantes, um pouquinho mais, precisamos que aquele hospital seja de referência. Infelizmente, estamos vivendo um momento muito difícil, onde os profissionais de Saúde estão lá querendo abandonar o barco - os médicos, os enfermeiros. Recebi vários e-mails dos médicos de lá, cobrando, e venho aqui nesta tarde, diante do Deputado Cirone, do Deputado Fúria, que são de Cacoal, e dos demais deputados que aqui se somam, todos nós, para que aquele hospital venha a funcionar a contento para atender a população de Rondônia.

Então, nós temos que pedir ao Governo Coronel Marcos Rocha que faça essa ação forte, rápida para atender a região de Cacoal e todo Cone Sul, e toda região central, e toda região da Mata, a 429.

O que me traz também aqui hoje, Senhores Deputados, Deputado Jair, aqui de Porto Velho; Chiquinho da Emater, de Porto Velho; Deputado Eyder Brasil, de Porto Velho; Deputado Marcelo, e todos os demais deputados que somam para ajudar Porto Velho, Deputado Dr. Neidson e todos os demais que ajudam Porto Velho. Eu estive ontem, no domingo à tarde, eu fui visitar a Estrada do Belmont, Deputado Jair. E eu queria pedir ao Elias - já desejar ao Elias, uma boa recuperação, tanto a ele como à Primeira-Dama Luana, como o nosso amigo

Secretário de Saúde, Fernando Máximo, e nosso colega Deputado Jean Oliveira, que, graças a Deus, está se recuperando. Pedir ao Elias que dê brevidade, Deputado Jair. Naquela estrada - o senhor conhece e eu conheço há muitos anos -, ali passa boa parte da economia do Estado, ali tem um frigorífico instalado. Ali tem várias distribuidoras de combustível, ali passa boa parte da exportação que vai para Manaus, de alimentação. E aquela estrada se encontra abandonada. É uma vergonha para todos nós. Eu sei que aquela estrada era para ser do município, mas tem um acordo feito com o Estado para o Estado executar aquela obra. E eu pedi ao Elias que faça o mais breve possível a recuperação daquela estrada, que além de atender uma gama muito grande de empresas que ali estão instaladas, vai atender também vários produtores rurais do Baixo Madeira. E ali, meus senhores - se vocês andarem por ali -, tem buraco que cabe uma carreta. Quando chove, ali não passa mais ninguém. E nós já estamos, praticamente, no fim de julho e as obras não começaram. Iniciaram nas águas, mas pararam, eu não sei o porquê.

Eu queria pedir a todos os colegas deputados estaduais, ao nosso Presidente, ao nosso líder Deputado Eyder Brasil, Deputado Jair: vamos juntos fortalecer o Elias para que ele possa fazer aquilo o mais rápido possível. Pedir ao Governo Marcos Rocha, Deputado Anderson - você também, que é aqui de Porto Velho -, nós temos que nos juntar para que aquela obra que é tão importante para o Estado de Rondônia, onde escoou boa parte da nossa produção, onde escoam os produtos que vão para Manaus e para Roraima - Boa Vista, e todo o Estado, nós precisamos resolver aquela situação o mais breve possível. Porque aquilo está fazendo vergonha. Vergonha para a Assembleia Legislativa, vergonha para o Governo do Estado, vergonha para a Prefeitura de Porto Velho. E nós temos que agir.

Então, meu líder Deputado Jair, meu líder Deputado Eyder Brasil, vamos juntos fazer com que essa obra vire realidade para atender ao nosso povo. Meu muito obrigado a todos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Chiquinho da Emater.

Com a palavra o Deputado Jair Montes, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente Laerte Gomes, peço permissão, já retirei minha máscara. Eu estou aqui com o homem que já, praticamente, todo mundo pegou Covid nesta Casa, então eu vou ficar bem à vontade aqui, com todo distanciamento, sem ninguém perto de mim.

Nesta tarde, Senhores Deputados e Deputadas que estão *on-line*, cada dia me sinto mais fortalecido e muito mais leve, Deputado Laerte Gomes, pela condução que nós temos, aqui na Casa de Leis, a Casa Legislativa do Estado de Rondônia. Porque, aqui, eu tenho pessoas que já foram secretários e prefeitos de municípios, dos quais, Deputado Laerte Gomes, que é muito experiente, passou por tudo na vida pública, só falta ser governador do Estado ou senador. Mas já foi prefeito, líder de governo, deputado estadual, vereador, presidente de bairro, líder de escola, então, eu fico feliz por isso.

E a mesma coisa o Deputado Adelino, que é dos mais antigos, aqui, da vida pública e um dos mais experientes desta Casa, também já passou por muitas coisas. Como também o

Secretário que já foi diretor do DER, Deputado Ezequiel Neiva. Prefeito de Cabixi há 20 anos, 30 anos atrás, Deputado Chiquinho, eu sou o pai de todos, ele é morador de tudo que é canto, fico feliz por isso. O Deputado Dr. Neidson, que tem tudo para ser secretário da saúde, se quiser um dia. É um médico muito experiente. Deputado Cirone Deiró, que já foi vice-prefeito de Cacoal. O meu amigo Deputado Anderson Pereira, amigo, parente de Daniel Pereira, também já foi presidente de sindicato. O meu amigo de Urupá, que está aqui conosco, Deputado Edson Martins.

Então, é só gente experiente nesta Casa. O mais neófito daqui sou eu. Estou começando agora, aprendendo. Eu sou debutante. Já falaram aqui que o Deputado Jair Montes é debutante. Então, é aluno novo que está chegando, mas nós estamos aprendendo, Deputado Ezequiel, a cada momento.

O que me deixa feliz, deputados, é que eu trabalho hoje em prol do Estado e sou vice-líder do Governo Marcos Rocha nesta Casa, com todo o respeito ao nosso amigo Deputado Eyder, que é o líder nesta Casa. O Deputado Eyder, graças a Deus, está forte, cada vez mais se posicionando na questão da liderança do governo. Eu quero, aqui, desejar saúde à Secretária Luana Rocha, Primeira-Dama do Estado, da Seas; saúde também ao meu amigo Deputado Jean Oliveira, que está se recuperando em São Paulo; saúde também ao Secretário de Saúde Fernando Máximo que, daqui a pouquinho, está saindo também e voltando as suas atividades.

Rondônia, hoje, eu ouvi atentamente os deputados aqui falando, mas Rondônia, Deputado Crispin, Rondônia nunca teve tanto leito clínico quanto leito de UTI como tem hoje. Graças ao trabalho de austeridade do Governador Marcos Rocha, graças ao trabalho. Rondônia nunca teve. Nós tivemos um governador que ficou 8 anos e não criou tanto leito de UTI e leitos clínicos como o Governador Marcos Rocha criou em um ano e meio de governo. Graças a um trabalho de parceria da Secretaria de Saúde e o Governo de Estado de Rondônia.

Rondônia, hoje, é o Estado que mais testa no Brasil. É o único Estado que passou de 100 mil, proporcionalmente por cada teste para 10 mil habitantes. Rondônia hoje está de parabéns. É o Estado que mais testa no Brasil. Rondônia hoje, o dinheiro que era desperdiçado, jogado pelo ralo, Deputado Paixão, pré-candidato a prefeito de Ji-Paraná, não é mais o dinheiro jogado de antigamente. Hoje, o dinheiro tem gerência através do Governador Marcos Rocha.

O Governador Marcos Rocha, além de ser um homem transparente, é um homem cristão, humilde e está pronto, Deputado Laerte, Presidente desta Casa, a ouvir, a fazer um diálogo, a colocar Rondônia nos trilhos. A cada momento vai aprendendo como eu estou aprendendo. É o primeiro mandato do Governador, é o primeiro mandato da vida dele, eletivo, como é o meu primeiro mandato de deputado estadual, sendo que eu tive dois de vereador nesta capital.

Então, em tese, eu tenho mais experiência política do que o Governador do Estado de Rondônia. Mas não quer dizer que eu sou melhor do que o Governador do Estado de Rondônia, porque ele foi eleito de maneira massacrante pelo povo do Estado. Então, nós, como deputados, precisamos também ajudar a governar. E é coisa que o Governador, com a sua humildade falou, "eu estou pronto".

Essa semana que vai entrar agora, o Governador do Estado de Rondônia vai começar uma pauta para atender os deputados. Vamos fazer isso, Deputado Eyder, esse é o nosso papel, nossa obrigação, de encaminhar os deputados, das suas demandas da sua região, levar os deputados para ter audiência com o Governador para poder chegar naquilo que tem que chegar.

Outra coisa, eu quero aqui também parabenizar, acabei de falar com o Governador, ele me ligou agora a pouco, o Hospital Heuro está quase indo para licitação. Um sonho de muitos anos, que muitas pessoas ganharam eleição vendendo o João Paulo II.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. JAIR MONTES – Eu já vou terminar. O João Paulo II, o Heuro já está para ser licitado e será o grande marco na história deste Estado, na gestão do Governador Marcos Rocha entregando o Heuro. Eu tenho certeza que ele pode ser o que ele quiser pela frente do Estado, que nunca mais perde uma eleição, que nunca mais perde uma eleição.

E o senhor pode contar comigo, Deputado Cirone, juntamente com o Deputado Fúria, porque já começamos a trabalhar em prol de Cacoal, já colocamos uma equipe para chegar lá. E estamos trabalhando para ter mais leitos de UTIs. A sua cidade que nunca foi reconhecida, agora tem, tem, sim, representantes que é você e o Deputado Fúria. Podem contar comigo e o Deputado Eyder Brasil e com o Governo do Estado de Rondônia, como sempre contou.

Não precisa mais, aqui, agora falar “não fizeram mais nada”. Vai ser feito e está sendo feito. E o senhor pode contar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. JAIR MONTES – E amanhã, estarei na região de Ariquemes, pela manhã, junto com o Governador Marcos Rocha para inaugurar e para visitar a cidade de Ariquemes. Os deputados de Ariquemes que estiverem lá, estão sendo convidados para um participar das reuniões. Vou passar aqui daqui a pouco a agenda do Governador em Ariquemes, que será de 8h até meio-dia. No mais, um forte abraço, que Deus vos abençoe.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jair Montes. Próximo orador inscrito é o Deputado Lazinho da Fetagro.

Antes, Deputado Jair Montes, esta Casa está há um ano e meio ajudando o z:governo. Se ajudar mais, não tem como ajudar mais porque há um ano e meio, desde que assumi este mandato, está ajudando o Governador. Agora, o Governador precisa se ajudar também, com a sua equipe. É o que todos nós queremos: que verdadeiramente o seu discurso vire realidade, que as coisas aconteçam no Estado de Rondônia. Isso é o pensamento de todos. Nós temos conversado individualmente, particularmente com os deputados e tudo isso é o pensamento de todos, mas tem de haver decisão. Haver mudança - e mudança de verdade -, como dizia o Governador

na campanha. É mudança de verdade. É o que a população espera.

Deputado Lazinho da Fetagro. O Deputado Lazinho está sem som. Ok, agora. Por cinco minutos, Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Iguamente, me sinto como o Deputado Jair Montes, o Deputado Eyder Brasil, que o governo começa mesmo a trabalhar, porque o período de aprender a trabalhar, aprender a ser Governador, já passou, não é? Agora é hora de mostrar para o que veio, aliás, já passou o período de mostrar para o que veio. E a Assembleia Legislativa tem contribuído, e muito, para que isso aconteça, sob o comando do Deputado Laerte Gomes, sob a liderança do Deputado Eyder Brasil. Nós temos feito a nossa parte, sim. Até parece, às vezes, que são dois Estados de que a gente está falando, dado o momento que a gente vive. Mas a gente espera que tome o rumo e desencante, realmente, para que o Estado possa voltar a crescer. Esse negócio de botar o Estado nos trilhos, tem que tomar cuidado, porque acaba o trem passando e passa por cima de todo mundo. E é o que está acontecendo até agora, não é? Então a gente precisa, realmente, botar para funcionar.

Eu, muito rapidamente, essa semana, postei no grupo dos deputados - e não vi comentário nenhum -, com relação à pandemia, a comparação de todos os países da América do Sul e o Brasil. É uma vergonha. É triste a gente ver o que está acontecendo no Brasil. É triste a gente ver um governo inoperável, irresponsável com este País nosso. Nesse tema da pandemia, não vou nem citar os outros, é um desastre absoluto. Morreu mais gente no Brasil, mais pessoas, mais cidadãos brasileiros, do que em toda América do Sul. E a população, se você pegar a Argentina, 1800 pessoas; no Brasil, 80 mil pessoas. Então é um absurdo. Alguma coisa de errado está acontecendo. E o Estado de Rondônia, eu faço aqui um protesto: parou de fazer os exames.

Eu já senti falta do Deputado Jair Montes fazendo o vídeo dele diário, enfatizando o que está acontecendo. E aí, mais pessoas vão pegar. Mais pessoas, infelizmente. Não é negativismo. Não é negativismo. É a realidade que está acontecendo. O povo passa, a partir de agora, no Brasil e em Rondônia, a ser enganado com relação a essa doença, não é? Isso é real e a gente tem que aceitar. Nós não podemos admitir, mas é isso que está acontecendo no nosso Estado e eu fico muito triste com relação a isso.

E, muito rapidamente, também falar sobre o Fundeb. Hoje está sendo discutido no Governo Federal, lá no Congresso Nacional, a aprovação do novo Fundeb que foi criado com essa nomenclatura em 2007, porém, lá em 1996, já tinha um outro nome que trata da manutenção da sustentabilidade da educação básica e, também, da valorização dos profissionais na área de saúde. A educação básica é atendida, a educação indígena é atendida; a fundamental, a creche, o EJA, que é a educação dos jovens e adultos; e nós, como membros da Comissão de Educação temos que pedir para que os nossos deputados - e eu já vi algum *post* -, eu quero aqui parabenizar esses deputados que já postaram favoráveis à aprovação do novo Fundeb. Que não seja retirando, como o governo quer retirar, recursos do Fundeb. Que seja aumentado esse recurso,

porque serão, no Brasil, aproximadamente, 81 milhões de estudantes sem educação básica. Sem educação, sem condições de manutenção dessa educação. Na Região Norte, 2 milhões e meio de alunos estarão prejudicados se isso não for aprovado. Na Região Nordeste, 7 milhões e 900 mil alunos. Ou seja, em Rondônia, 175, 176 mil alunos serão prejudicados. Mais de 46% dos nossos municípios, ou seja, quase a totalidade, dependem do Fundeb. Portanto, eu quero aqui, em nome da Comissão de Educação, pedir a permissão aos nobres Deputados, que me antecederam, da Comissão, dizer que precisamos aprovar esse Fundeb o mais rápido possível, porque dia 31 de dezembro vence o antigo, e a gente tem que estar com a nova forma de trabalhar. Se tiver que mudar o nome que mude, se tiver que... O importante é que tenha recursos e que tenha condições de tocar a Educação, porque sem esses recursos a gente não consegue tocar.

E, para encerrar, Deputado Adelino, nobre Deputado, Vossa Excelência vai conduzir a reunião com o Secretário, eu peço para que não apavore muito a volta dos alunos não. Vamos ter planejamento. Precisamos ter planejamento. Nós fizemos um monte de coisa errada no Estado de Rondônia com o "liberar comércio", com o "fechar comércio". Tudo o que fizemos até agora no Estado de Rondônia foi feito de forma errada, senão nós não teríamos que estar passando pelo que estamos passando.

E com relação aos alunos, as escolas, nós temos que ter muito mais cuidado, muito mais responsabilidade, e aí sim, Vossa Excelência, e eu já conversei com o Secretário, pedindo a ele esse planejamento para o retorno das aulas, assim que for possível. Não é porque abriu o comércio que nós temos que abrir as escolas, porque aí nós vamos estar realmente colocando... Ou então nós já nos acostumamos com a morte, já nos acostumamos com a pandemia, que já é assim que nós vamos ter que sobreviver. E quem conseguir sair na frente, sobreviver e sair vivo, estará feliz. Um abraço e muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Deputado Lazinho.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Nós vamos fazer Questão de Ordem, depois vamos para a votação da matéria, porque tem muitos oradores inscritos. A gente tem o tempo regimental de 16h30, Deputado. E, quando for votar a matéria, Vossa Excelência faz a sua Questão de Ordem.

Deputado Adailton Fúria, por cinco minutos.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Muito boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu estive hoje, Senhor Presidente, pela manhã, acompanhando, por volta das 11 horas da manhã, acompanhando a equipe, a força-tarefa da Sesau, que foi encaminhada aqui para a cidade de Cacoal. Na ocasião, nós participamos de uma reunião dentro do Hospital Regional para poder ajustar algumas situações que realmente precisam ser ajustadas. Pena que estão sendo ajustadas agora, de forma tardia, que sempre o Estado se colocou que estaria com o controle de todas as ações com

relação ao Hospital Regional e o Hospital Heuro, e agora a gente nota que realmente não tinha ação nenhuma, que as ações não eram concretas.

E aí, nesse sentido, Senhor Presidente, nós temos várias falhas, que eu gostaria de aproveitar aqui a oportunidade e citar algumas delas. Exemplo: o Estado fez o chamamento do teste seletivo, dando 12 horas para que as pessoas ali que queriam (**falha no sistema de videoconferência**)..., que encaminhassem a documentação para o e-mail da Sesau no prazo de 12 horas, com toda documentação. Ou seja, feito de forma equivocada. E aí, nesse sentido, eu fiz um encaminhamento para que eles pudessem, Senhor Presidente, apresentar a documentação no RH aqui do Hospital Regional, e rapidamente o RH faz toda triagem dessas pessoas, desses profissionais de Saúde, para que eles possam imediatamente, dentro de 24 horas, já estarem trabalhando. E quando elas são servidores de hospitais particulares, que o Estado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faça um compartilhamento de informações, possa compartilhar essas informações, para que nós possamos ser mais rápido ou: s nessas contratações. É isso que está faltando: mais agilidade e menos burocracia. Nós temos que facilitar a vida desses profissionais que querem salvar vidas no Hospital Regional e no Hospital Heuro, aqui da cidade de Cacoal.

Nós temos outra situação também, Senhores Deputados, e Deputados que são aqui da minha região principalmente: fiz um encaminhamento para que a Sesau, a Secretaria de Saúde, entre em contato com as prefeituras - Prefeitura de Rolim de Moura, de Pimenta, de Vilhena, de Ji-Paraná -, onde nós temos hoje profissionais que saem do plantão aqui de Cacoal - médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, saem do plantão de Cacoal -, e vão fazer plantão em Ji-Paraná, para que haja um compartilhamento de funções, para que esses municípios façam a cedência desse servidor neste momento de pico da pandemia que nós estamos atravessando agora. Será muito importante, porque daí nós vamos ter uma redução do número de falta de servidores. Nós temos mais de 100 servidores afastados, onde já existia uma defasagem muito grande. E são dois hospitais. E hoje, infelizmente, boa parte dos municípios está fazendo o quê? Coloca o paciente na ambulância, sendo ele alta ou média complexidade, e encaminha para o Hospital Heuro, e encaminha para o Hospital Regional. É nesse sentido que nós estamos encaminhando aqui na cidade de Cacoal. Nós temos médicos aí relatando, assim, uma situação muito gravosa, principalmente no momento em que o profissional está intubando o próprio colega de trabalho. Vocês já imaginaram a que ponto nós chegamos? Um médico intubando um colega de trabalho? Então, realmente isso tem mexido muito com o emocional da equipe médica. E eu tive a oportunidade, hoje, nessa reunião de ser muito incisivo e relatar com muita fúria, com muita precisão, o que os nossos profissionais de Saúde estão sofrendo dentro das nossas unidades. Não é somente o paciente. O paciente está sofrendo e a família ainda mais, mas nós temos uma equipe por trás, tentando apagar a fogueira a todo tempo. E nós precisamos de uma conexão melhor entre o complexo hospitalar de Cacoal e a Secretaria de Estado da Saúde. Nós precisamos de um diálogo e de uma descentralização de fato, porque hoje tudo que nós precisamos, nós dependemos da Sesau para tudo e a

gente precisa dar mais autonomia para que o complexo possa administrar melhor. Foi discutido hoje, Senhores Deputados, uma proposta que é de tirar o centro cirúrgico do Hospital Regional e encaminhar tudo, o centro cirúrgico, tudo, para dentro do Hospital Heuro. E aí eu fiz uma pergunta: o Heuro está com o corredor lotado de pacientes. Vai colocar onde os pacientes que estão sendo atendidos no Hospital Regional? Será que o Heuro vai ter essa estrutura toda? Será que tem leitos? Porque hoje eu vejo pacientes nos corredores do hospital por falta de espaço. E aí ficou uma pergunta sem resposta e eu vou ligar daqui a pouco, novamente, para o Secretário, para ver se essa realmente é a melhor estratégia.

O segundo ponto, Senhor Presidente, que precisa ser levado em consideração é que os municípios não estão fazendo a parte deles no momento em que isolam o paciente. No momento em que é identificada ali a patologia da Covid-19 no paciente, ele precisa já ser retirado do convívio social, mas que o município precisa entregar a ele medicamentos para que ele possa não entrar no estado gravoso, para que ele não precise ir para UTI, para que ele tenha o atendimento, ali, de forma preventiva. Tem reduzido muito a quantidade de pacientes sendo deslocados para as UTIs. Então, nesse sentido, Senhores Deputados...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Senhor Presidente, peço um minuto para finalizar. Nós temos um grande desafio pela frente e nós estamos agora no pico aqui. Nós temos que ter também a participação aqui da Prefeitura Municipal de Cacoal para que a gente possa ter leitos em hospitais particulares de UTI e isso já está sendo discutido até mesmo com a Casa Civil. E quero aproveitar, nesta oportunidade, parabenizar o Júnior, Chefe da Casa Civil, que tem conduzido esse momento com muita sabedoria e com muito equilíbrio. E nós precisamos o quê? Que haja essa parceria entre Estado e município para que a população de Cacoal possa ser atendida em leitos contratados pelos municípios. O Estado arcar com essas despesas e o município fazer a parte administrativa desses leitos, porque, a partir daí, a gente vai conseguir ter mais independência. Porque o pico da pandemia está crescendo em Cacoal e os municípios de Cacoal, Senhores Deputados, estão concorrendo vaga com a metade do Estado nos leitos de UTIs.

Então, nós temos também esse pedido encaminhado ao Chefe da Casa Civil e eu acredito que nós teremos resultados nos próximos dias. No mais, eu quero agradecer a Deus, agradecer a todos os colegas. Não está fácil. Jamais imaginei ser deputado em um momento tão crítico como esse, que é o momento de uma crise de saúde, Senhores Deputados. Mas Deus nunca dará um fardo maior que a gente não possa carregar. Forte abraço para cada um. Segue o nosso trabalho e a nossa luta, Senhor Presidente. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Fúria. O próximo orador inscrito, Deputado Dr. Neidson, não sei se está no plenário o Deputado Dr. Neidson. Vou fazer a inversão do Deputado Dr. Neidson com o Deputado Anderson.

Só para dizer para o Deputado Fúria que os pacientes de outros municípios que vão ao Heuro são regulados. Os que não são, são os de Cacoal. Então, como é um hospital de urgência e emergência, mas do Estado, e se é do Estado, é de toda população. Então é importante que se aumentem leitos, que todos façam sua parte.

O SR. JAIR MONTES - Ele falou que médico está intubando médico. Eu nunca vi isso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, nesta tarde a gente veio trazer aqui uma reclamação da comunidade ali de Espigão d'Oeste. A população ali está sofrendo muito. Na RO-387, que liga o Município de Espigão d'Oeste a Boa Vista do Pacarana - é um distrito que fica mais ou menos a 80 quilômetros de Espigão d'Oeste. E hoje pela manhã - semana passada eu estive com Elias lá no DER e ele me informou que estava no cronograma e não tinha passado a data ainda de recuperação. E hoje - em conversa com ele, via WhatsApp -, ele me informou que eles estão terminando um trecho em Ministro Andrezza, e a previsão é para o dia 03 de agosto. Então, quero informar aos vereadores, ao prefeito do município, nossos companheiros ali, o Bahia lá do Pacarana, que a previsão de entrada das máquinas do DER lá, é no dia 03 de agosto, conforme o diretor do DER nos informou. E nós vamos acompanhar de perto essa situação, assim como fizemos anteriormente quanto à ponte que havia caído ali e também foi recuperada.

Outra questão que eu quero trazer aqui, meus companheiros, é a respeito... Acredito que alguns viram os vídeos de facção criminosa aqui em Porto Velho, cortando a cabeça de um indivíduo com um machado e, na semana passada, a Polícia Militar fez uma operação no Orgulho do Madeira e eu quero parabenizar a operação que mostrou a força do Estado ali dentro. Porque, quando eu vi aquele vídeo, a primeira coisa que eu fiz foi mandar ele para o Secretário de Segurança, mandar ele para o delegado que trabalha na área de investigação e falei: "nós vamos deixar acontecer o que aconteceu em Rio Branco, no Acre?". Porque lá em Rio Branco, no Acre, tem bairros que a Polícia nem entra mais. E a resposta foi à altura, eu quero dizer. Agora nós sabemos também, e muitos foram presos ali, apreendidas drogas, armas. Mas não é só isso. A Seas tem que entrar com as questões sociais dentro do Orgulho do Madeira. E não só lá: Morar Melhor, Cristal do Calama, entre outros empreendimentos onde essas facções estão se concentrando e fazendo base criminosa. E hoje pela manhã aconteceu uma operação da Polícia Civil que expediu 21 mandados de prisão, 29 buscas e apreensões – drogas, armas e outros objetos -, com nove presos envolvidos. Presos lá do sistema prisional que estavam participando de algumas ordens que essas facções executavam aqui fora. E eu parabenizo também a Polícia Civil por essas operações. E virão mais. E é a resposta que o Estado tem que dar para esse tipo de bandido.

Inclusive, a gente tem defendido que até lá dentro do sistema prisional, onde o preso está na mão do policial penal, tem que ter uma legislação para que esse preso que é envolvido em facção tenha um tratamento diferenciado. Porque é um preso que não quer recuperação; é um preso que não quer retornar ao convívio social para ter uma vida de bem; ele não quer pagar sua pena e retornar aqui para o convívio para ser um cidadão de bem. Pelo contrário, ele quer retornar para continuar no crime. É o mundo do crime.

Então, se o Brasil não mudar suas leis – e eu defendo uma mudança mais rígida para esse tipo de bandido envolvido em facção, porque é um poder paralelo que quer medir forças com o Estado -, a gente vai perder o controle. E Rondônia, eu tenho que enaltecer o trabalho de nossa Polícia, tanto a Polícia Penal, que tem feito seu trabalho lá dentro – o GAP tem atuado muito. Quem está lá na ponta, no cadeado, tem feito sua parte também. Como também a Polícia Civil na investigação, nas operações para prender. E a Polícia Militar, que é o braço forte do Estado, para mostrar a força do Estado no momento que é necessário. Então eu tenho que parabenizar nossa Polícia aqui em Rondônia, que é uma Polícia muito boa.

Agora, volto a repetir, a Seas tem que exercer o seu papel. A Seas tem que mostrar para que veio. Porque não adianta a Polícia entrar lá e qualquer delegado, coronel, qualquer policial, ele repete isso: “Deputado, nós estamos enxugando gelo.”. Porque se a Seas não fizer a parte dela, daqui a pouco a facção está lá dentro e está no controle novamente. Então é esse alerta que nós queremos deixar. E demonstrar esse brilhante trabalho das nossas Polícias aqui na capital e no Estado de Rondônia. Uma boa tarde a todos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Anderson Pereira.

Com a palavra o Deputado Jhony Paixão, por cinco minutos. Em seguida, Deputada Rosângela Donadon e depois, finalizando, o nobre Deputado Dr. Neidson.

O SR. JHONY PAIXÃO – Saúdo todos os nobres deputados que se fazem presentes nesta tarde maravilhosa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão, sem querer cortar, porque regimentalmente tem que ser. Registre a presença aqui, só para Vossa Excelência fazer uso da palavra. Pronto. Vou restabelecer o seu tempo.

O SR. JHONY PAIXÃO – Saúdo os nobres amigos, nobres deputados. Dizer que estamos em oração pela Primeira-Dama, que a saúde dela se restabeleça o quanto antes, bem como do nosso amigo Deputado Jean Oliveira e, também, Fernando Máximo. Agradecer ao Elias Rezende, uma pessoa que já mostrou para que veio. Tem feito a diferença - viu, Deputado Jair Montes? Realmente é um rondoniense, não só de falácia, de atitude. Lá em Ji-Paraná mesmo, as ações dele falam por si só. Já destravou a fábrica de artefatos de cimento dentro do sistema prisional, para a gente colocar os presos para trabalhar, e nós podermos pavimentar nossa querida Ji-Paraná. Uma ponte, em Urupá, por execução própria também, pelo DER. Nós achávamos, inclusive, que seria licitado, mas o DER, por iniciativa própria, por execução própria, mostrou para que realmente chegou, fazendo as suas ações.

E agradecer também, neste momento, o Irineu, da Caerd. Tão logo atendeu o nosso pedido, de uma tubulação. Eles estão mexendo na cabeceira da ponte de Urupá, e é sabido por todos que lá passa encanamento de água. E a Dita, uma moradora ali do condomínio, nos procurou, do Taj Mahal, e alertou que ficariam sem água por vários dias, Deputado Chiquinho da Emater, e a ação rápida do Irineu, neste momento - que é Presidente da Caerd -, possibilitou que pudéssemos nos programar e a ação acontecer.

Senhores, não consigo entender a prefeitura de Ji-Paraná. Os deputados que são da capital sabem bem disso, aqui, onde nós temos mais de dezesseis mil casos de Covid, a feira permanece normalmente aberta e em seu funcionamento. Mas lá em Ji-Paraná querem fechar a feira livre. Fomos hoje à Zona Sul, a feira funciona normalmente. As pessoas vendendo, conseguindo vencer a pandemia, Deputado Chiquinho, o pequeno produtor, mas trabalhando. Mas em Ji-Paraná é diferente. Lá, o produtor é impedido de trabalhar, lá o feirante não pode vender a sua mercadoria. Eu pergunto neste momento, quem será que tem mais valor: um preso, o qual tem o seu cardápio todos os dias diferenciado, ou um feirante que acorda às três da manhã para vender o seu produto e é coagido pelos fiscais? Não dá para entender.

E eu coloco neste momento, peço que solte um pequeno vídeo aí, de 30 segundos, para os nobres deputados apreciarem. Enquanto ele coloca o vídeo ali, senhores, é sobre o investimento da Energisa, que divulgou, olha lá... **(apresentação de vídeo)**. Olha que coisa linda. Senhores, um rapaz chamado André Teobaldo – dizem que é diretor da Energisa -, diz que foram investidos R\$ 1,12 bilhões aqui em Rondônia. “André, deixa eu te falar uma coisa, meu irmão: - pega um jatinho e vem para Rondônia.”. Isso aí, em Ji-Paraná, infelizmente a pessoa tem que fazer suas peripécias para levar água para sua caixa, porque a Energisa, a qual o Silvano Gonçalves fez solicitação de ligação, o prazo, Deputado Jair, está aqui, olha: diz que até o ano de 2022 vai passar lá para ligar a energia dele. Você está entendendo como é que é o negócio? Isso é uma vergonha. Uma vergonha! A gente fica muito feliz que o Governo do Estado retirou o projeto de pauta, porque essa empresa não merece desconto algum. Nós temos que tratar essa empresa com o mesmo desrespeito que ela trata o contribuinte rondoniense. Não terá o nosso voto favorável para desconto algum. Pelo contrário, já passou a hora de juntar seus cacarecos e voltar para Minas Gerais.

E para finalizar, senhores, esse assunto é muito sério. Solta o outro vídeo, de 25 segundos, pessoal. É um assunto muito polêmico, muito polêmico. Eu tenho batido aqui nesta tribuna, solicitando aos nobres deputados, solicitando aí, inclusive, ao Prefeito Marcito Pinto. Infelizmente, perdemos uma vida ontem, deputados. Olha o vídeo. **(apresentação de vídeo)**.

Essa senhora morreu em Ji-Paraná porque não tinha ambulância para levar ela até Ariquemes. Nós protocolamos, deixamos o pedido, deixamos disponibilizado para o prefeito municipal, em Ji-Paraná, no dia 15 de abril, recurso que compraria uma semi-UTI. Nobres Deputados, até o momento ele não se pronunciou. Essa pessoa, Deputado Laerte, faleceu aguardando uma ambulância, que se ele tivesse comprado com

recurso que deixei disponível, essa vida, hoje, estaria entre nós.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para conclusão, Deputado.

O SR. JHONY PAIXÃO – Infelizmente, por ingerência, por palanque político, por falta de compromisso com o povo, essa pessoa faleceu. E vou dizer uma coisa para os senhores, aqui, agora: todas as informações, inclusive o protocolo que levamos até o Ministério Público de Ji-Paraná, através da Josiane, nós colocaremos às mãos da família. À família, neste momento, recomendo, entre na Justiça para que seja indenizada. Porque nesse momento, não foi, Deputado Chiquinho, nesse caso foi um assassinato.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado Jhony.

O SR. JHONY PAIXÃO – A pessoa falecer por falta de UTI, ambulância neste momento, o qual eu coloquei recurso disponível, e ele não aceitou, isso foi um assassinato. E eu vou dar todo embasamento jurídico para que essa família possa, sim, ser indenizada na sua totalidade. Obrigado, Deputados.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com a palavra o Deputado Dr. Neidson. O Deputado Dr. Neidson abriu mão da sua fala e a Deputado Rosângela.

Só falar para o Deputado Jhony, que nós colocamos, há dois anos, uma ambulância UTI móvel no município de Ji-Paraná. Está servindo ao hospital municipal. Devia estar em outra viagem, outra ocorrência. E essa ponte que o Deputado Jhony cita, é uma obra que nós colocamos seis milhões e trezentos, no Governo Confúcio Moura. Iniciamos no ano de 2016, eu acho, 2015, 2016, e ficou pronta no nosso Governo Daniel Pereira. de: Quando o cearense assumiu, Deputado Jair - aquele que você só quer na sua casa para comer um peixe -, o Meireles, ele mudou o objeto. Ele quis fazer um projeto para contratar uma empresa para fazer. Essa obra, eu conheço na palma da mão. Eu que comecei, eu que arrumei recurso, que coloquei Emenda. E ele quis contratar. Fez o projeto, licitou um ano e meio, o Deputado Ezequiel, que era o nosso diretor, que nos ajudou muito – não é, Deputado Ezequiel? O planejamento inicial era execução direta. E ele demorou um ano e meio para fazer um projeto, licitar; e quando a empresa ganhou, que ela foi ver o projeto e foi lá ver o local da obra, a primeira coisa que ela fez foi desistir da obra, que o projeto estava todo errado. Essa foi a obra que o Meireles deixou, o presente que o Meireles deu para Ji-Paraná.

E depois o Elias... Em Ariquemes também, na ponte de Ariquemes. Depois, quando o Elias assumiu, eu conversei com ele e um dos compromissos que o Elias fez comigo foi fazer a execução direta. Porque se a maior empresa do Estado de Rondônia, que é o DER, que tem mais máquinas, não der conta de fazer um aterro daquele com execução direta, então fecha o DER, acaba o DER, não precisa ter DER. Não, é? Porque é uma vergonha.

E o Elias, como muito bem falado, é uma pessoa determinada, está com Covid também, está se recuperando o

Elias, e a gente deseja a ele, breve recuperação porque o Estado precisa muito dele, porque ele tem que tirar o tempo perdido que o Meireles esteve lá no DER. Ele esteve um ano e meio lá, como tempo perdido, o Meireles. E agora vai ficar mais esse outro tempo na outra Secretaria, perdido, também, porque as coisas não andam com ele. E a gente espera que o Elias, agora, conclua essa obra que nós iniciamos lá em 2015 - não é, Deputado Ezequiel? De 2015 para 2016, não é?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – 2015.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Foi em 2015 que a gente começou essa ponte, uma obra que é muito importante para Ji-Paraná, muito significativa para Ji-Paraná.

Deputada Rosângela Donadon, cinco minutos, sem direito a aparte.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Presidente, eu gostaria de cumprimentar, parabenizar o senhor pela condução dos trabalhos legislativos. Cumprimentar a todos os colegas que estão aí na Sessão presencial; aqueles que estão em casa, em Sessão remota - como eu estou, aqui da minha residência -, mas trabalhando, cuidando da nossa região. Cuidando dos trabalhos legislativos, enfim, do Estado de Rondônia, que é o nosso papel.

Eu quero aqui dizer, Presidente, que eu fiquei muito feliz pela boa recuperação do nosso amigo, Deputado Jean Oliveira; com a boa recuperação do nosso Secretário de Saúde, Fernando Máximo; da nossa Primeira-Dama, Luana Rocha, e de todos os rondonienses que vêm vencendo esta luta contra a Covid-19. Fica aqui a minha alegria, a minha satisfação em saber da boa recuperação de todos neste momento.

Dizer aos nobres colegas que estão participando e todos que estão nos assistindo neste momento, que quanto mais crítica a situação da pandemia, mais precisamos lançar nossos olhos além dela para que a recuperação pós-pandemia se torne uma realidade. Os Poderes constituídos, cada um à sua maneira e conforme a sua natureza, vêm cumprindo o seu papel. O governo, seguramente, vem se esforçando para a recuperação da crise. O auxílio, o amparo é um claro sinal da preocupação do governo com o bem-estar do povo rondoniense. Aperfeiçoamentos, Presidente, sempre são bem-vindos em qualquer gestão democrática. E o parlamento vem cumprindo com grandeza o seu papel neste sentido. Sob a presidência do Deputado Laerte Gomes, governantes como o Coronel Marcos Rocha, que pensam como estadistas, certamente, saberão sempre transformar as críticas que aconteçam no debate democrático, em ferramentas para o aperfeiçoamento contínuo da gestão.

Quero aqui, Presidente, dizer que ontem eu tive uma conversa longa com o nosso Chefe da Casa Civil - o Júnior Gonçalves -, e ele demonstrou e eu pude, claramente, entender a grande preocupação, o grande esforço do nosso Governador no bem-estar da população rondoniense. Além de toda essa situação, esse teto de gastos imenso que está tendo a Saúde do Estado com investimentos duros, feitos à saúde, pela pandemia, eu quero dizer que o nosso Estado não colapsou. Têm sido feitas ações em outras áreas importantes, como todos falaram do DER; falaram da capacidade do novo diretor,

o Elias Rezende, e eu quero aqui fazer um agradecimento, que as estradas lá da região do Cone Sul, onde é minha região, estão acontecendo investimento, estão recuperando as estradas, rodovias, que ali é um tráfego imenso de transporte de grãos, que é uma é uma região rica no agronegócio, na pecuária.

Então, fica aqui o meu agradecimento a essa fala importante, essa reunião, e eu pude claramente entender todo esse empenho, esse esforço do nosso Coronel Marcos Rocha, que não está deixando de atender as áreas principais no Estado de Rondônia. Fica aqui o meu apoio às ações do governo, que vão ao encontro dos anseios da população. Neste momento é a Saúde, tem o meu total apoio. Eu sou da área de Saúde. O que for para beneficiar todo o Estado de Rondônia, pode contar com o meu apoio aí na Assembleia Legislativa.

E a questão do DER, a recuperação das rodovias, pelo menos lá na minha região do Cone Sul, está iniciando, está recuperando.

Então, quero aqui, Presidente, deixar claro esse meu posicionamento. E o senhor pode contar também com o meu apoio aí, o que for assuntos importantes, assuntos que tratam da Assembleia Legislativa, do interesse coletivo, de toda população. Muito obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerradas as inscrições. Deputada Rosângela até se... Para fazer esse pronunciamento a favor do governo, até foi ao cabeleireiro... A coisa foi boa, heim!

Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Ninguém inscrito no Grande Expediente. Passemos à Ordem do Dia.

O SR. EYDER BRASIL – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Nós estamos entrando na Ordem do Dia. Na hora em que eu começar a fazer a leitura, eu vou conceder.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas, a seguir:

### PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre a adoção de procedimentos destinados a deliberar sobre ressarcimento de despesas nos casos em que o Parlamentar estiver impossibilitado de subscrever o requerimento de restituição dos valores com despesas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora a Convocação do Secretário da Secretaria do Estado da Educação, Dr. Suamy Vivecananda Lacerda Abreu, para prestar esclarecimentos, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 29 de julho de 2020, às 11 horas. Assunto: sobre o retorno às aulas no Estado de Rondônia, sobre a merenda escolar, sobre a aplicação dos investimentos previstos para o ano de 2020, sobre o programa de Transporte Escolar

Ir e Vir, e quais os municípios que implementaram o programa Ir e Vir.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas com doenças neuromusculares, neurodegenerativas e autoimunes no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Cria as placas de identificação no âmbito da execução de medidas compensatórias ambientais, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a concessão de certidões de registro civil em Braille a pessoa com deficiência visual no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Semana de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer Infantil, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a realização de análise para detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos gastos públicos em eventos culturais do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de apoio às pessoas com doença de Alzheimer e outras demências aos seus familiares, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), reiteramos o presente requerimento, no sentido de obter informações referentes a contratos celebrados e cronograma de desembolso financeiro do período de janeiro de 2011 a abril de 2014.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora que seja expedido ofício à Prefeitura de Porto Velho com cópia à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando informações e providências quanto à falta de medicamentos na Unidade Básica de Saúde no Distrito de São Carlos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado de Saúde, informações e providências quanto à realização de cirurgias de urgência durante o estado de calamidade pública pela COVID-19.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora que seja expedido ofício à Prefeitura

Municipal de Porto Velho com cópia à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando informações e providências quanto ao atendimento no Call Center para pacientes com suspeita de COVID-19.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Poder Executivo, c/c à Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD, informações e providências quanto ao fornecimento e melhorias na rede de abastecimento de água no Município de Jarú, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à Bancada Federal do Estado de Rondônia, através de seu coordenador, Deputado Lúcio Mosquini, que adotem providências quanto à agilidade na tramitação e aprovação da PEC 15/2015.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, informações e esclarecimentos quanto à denúncia de recebimento de verbas rescisórias no valor de R\$ 178.662,54 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) no mês de junho do presente ano.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópias à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS), pedido de informações sobre o Programa AMPARO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópias à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), informações sobre a destinação do prédio que funcionava a escola Durvaliva Estilbem de Oliveira no município de Guajará Mirim/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópias à Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), pedido de informações sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCR) dos Servidores da Saúde no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação, e ao Senhor CAP PM Jeferson Bezerra Pires, Diretor Geral do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, pedido de informações referente ao quadro efetivo de servidores públicos que compõem o corpo docente da instituição de ensino Colégio Tiradentes.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CASSIA MULETA. Requer a aprovação de pedido de providências à Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia (CAERD), visando à apresentação de um plano de solução e da realização de

reparos imediatos no sistema de abastecimento do Município de Jarú.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX SILVA. Requer à Mesa Diretora, que seja observado nesta Sessão, um minuto de silêncio, em homenagem ao Apóstolo Tobias Ferreira da Silva, do Ministério Apostólico Fonte de Água Viva (MAFAV).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Requer ao Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha, com cópia ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens – DER, Senhor Elias Rezende de Oliveira, providências quanto à necessidade de transformação da estrada que liga o Distrito de União Bandeirantes à BR-364, em Rodovia Estadual, RO-101.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Ithor Rego, Coordenador Estadual do Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor, pedido de informações referente ao fundamento e métodos de fiscalização do PROCON, como decorrência da pandemia do COVID-19.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer que o Secretário da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, o Senhor Erasmo Meireles e Sá, preste esclarecimentos, e forneça informações. Assunto: Servidores Lotados na Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópias ao Senhor José Gonçalves da Silva Júnior, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Senhor Evandro Padovani, Secretário de Estado da Agricultura, pedido de informações referente aos motivos que geram impedimentos das Entidades que celebram convênio com o Governo do Estado a realizarem adesão as Atas de Registros de Preço dos Implementos Agrícolas.

Lidas as proposições.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Lidas as proposições recebidas. Antes de entrar nas matérias a serem apreciadas, eu gostaria da atenção dos nobres Deputados que estão no plenário e da atenção dos Parlamentares que estão por videoconferência. São importantes as informações.

Eu gostaria de passar as informações para o líder do governo e o vice-líder, que os Secretários de Estado não estão respondendo os ofícios e requerimentos dos parlamentares. Isso é crime de responsabilidade não responder no prazo. Eu já acionei o Departamento Legislativo e o Departamento Jurídico para já entrar com essas ações.

Então, antes eu vou comunicar aqui ao líder, Deputado Eyder, e ao vice-líder Deputado Jair Montes, para que cheguem até os Secretários para eles terem responsabilidade, que esta

Casa de Leis não é brinquedo. Eles têm que ter responsabilidade. Eles têm o dever e a obrigação pela nossa Constituição de responder aos requerimentos...**(falha no áudio)**. Para notificar os Secretários para responder dentro do prazo regimental que existe na nossa Constituição.

A outra informação que eu estou repassando aos nossos Deputados, que com a economia que realizamos e que nós estamos fazendo dentro de 1 ano e 4, 5 meses de mandato à frente desta Casa, juntamente com toda a nossa Mesa Diretora, nós já doamos R\$ 7 milhões ao Hospital do Amor, ao Hospital São Daniel Comboni e ao Hospital Santa Marcelina.

Já, portanto, isso aqui, Senhores Deputados, prestar atenção, Deputado Geraldo da Rondônia, nós já alugamos o Hospital do Amor por 5 meses, até 5 meses, pode ser prorrogado, por R\$ 2 milhões mensais, R\$ 10 milhões, que está servindo toda população de Porto Velho, do Estado. Hoje, todas as pessoas que precisam de uma UTI ou de um leito clínico, a preferência é o Hospital do Amor - todos querem ir para lá -, porque o tratamento é diferenciado. E isso é a Assembleia que teve essa ação, a Assembleia que colocou.

E agora nós vamos encaminhar um ofício à Sepog de mais R\$ 20 milhões, que a Assembleia vai devolver ao Governo do Estado, para que sejam aplicados nos municípios. São mais R\$ 20 milhões. Depois eu vou me reunir com os deputados para passar como vão ser feitas essas ações, para que os municípios possam ter a liberdade, onde foram feitas as indicações parlamentares, logicamente, os municípios possam ter a liberdade de investir em qualquer área que achar devida.

Então, isso é histórico nesta Casa, é histórico na Assembleia Legislativa. É histórico nesta legislatura, com a ação de todos os parlamentares, a contribuição direta de todos os deputados, ação da Mesa Diretora, que está fazendo a diferença e fazendo a sua obrigação. Num momento de queda de receita, num momento de pandemia, a Assembleia tem a coragem de contribuir e de ajudar, de contribuir e de ajudar principalmente as pessoas. E as pessoas vivem e moram nos municípios. Então o momento agora é de ajudar os municípios com ações de infraestrutura na Saúde, na Educação, enfim, de acordo com o que forem feitos os projetos.

E também, logicamente, podendo ser beneficiadas as associações. Então, fazendo essa comunicação aos nobres colegas deputados e à sociedade - através da TV Assembleia, através das nossas redes sociais para o povo de Rondônia, do Brasil e do mundo inteiro -, que a Assembleia Legislativa de Rondônia, além de exercer o seu papel de legislar e fiscalizar, ela tem no seu princípio desta gestão, desta nossa gestão, a economia para poder devolver o dinheiro ao Governo do Estado para poder ser distribuído nos municípios e nas entidades. Então são mais R\$ 20 milhões de economia feitos que serão entregues ao Governo do Estado.

Também, antes de entrar na Ordem do Dia, o Deputado Eyder Brasil. Mas tem que ser bem breve, Deputado Eyder, atento ao que vai ser feito agora. O Deputado Jair Montes pediu também. Então a gente vai fazer uma Sessão bem sucinta, bem tranquila, votando as matérias que têm que ser votadas.

Antes de entrar na Ordem do Dia, por um minuto, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Obrigado, Presidente. Tenho certeza que os Secretários que estão nos assistindo, também

a Casa Civil, vão fazer essa correção desses atos, dos nossos Secretários. E aqui eu queria falar como líder do governo, Presidente. Só uma reclamação. Os técnicos da Casa Civil ficaram impedidos de protocolar um pedido de retirada de tramitação de três matérias. Não sei o motivo. Quero aqui, como deputado e como líder do governo, fazer essa queixa, fazer essa reclamação. Estou aqui com a Mensagem do Poder Executivo, que faz parte, tem a sua prerrogativa, tem autonomia para fazer isso, a retirada, a qualquer tempo, das matérias aqui nesta Casa de leis e foram impedidos.

Então, como líder do governo, em plenário, eu gostaria... E, aqui, o regulamento fala que o senhor pode receber e pode até indeferir. E nós podemos entrar com recurso aqui no plenário. Mas eu gostaria que fosse atendido, pelo menos aceito o protocolo de retirada de tramitação das Mensagens nºs 49, 108 e 171.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria, Deputado Eyder Brasil, não pode mais ser lida hoje, porque já foi lido o Expediente. Tem que estar no Expediente. Nesta Sessão não pode estar mais.

O SR. EYDER BRASIL – Ela diz que pode ser a qualquer tempo, Presidente, a retirada, o Regimento.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não. Se o senhor deixar eu falar, eu vou explicar. O senhor tem que falar e saber ouvir. Essa matéria tem que ter chegada protocolada na Secretaria Legislativa e lida no Pequeno Expediente, como foi lida na semana passada, da Mensagem 190. Foi lida e aí, sim. Agora, nesta Sessão, não tem mais como atender vosso pedido.

Deputado Jair Montes, Questão de Ordem, com a palavra.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JAIR MONTES – Senhor Presidente, aquilo que o Deputado Eyder Brasil falou, como líder do governo, eu como vice-líder, o governo não tem interesse, neste momento, de encaminhar essas matérias para votação. O governo entende que essas matérias já estão aqui na Casa há muito tempo e trouxe desgaste para o Parlamento, para o Executivo e para a população.

Então, é um momento de refletir, ter humildade, recolher e trazer algo mais viável para a população do Estado de Rondônia. Então só peço que o senhor repense.

Na questão dos Requerimentos e das Indicações que são feitos nesta Casa, aprovados por este Parlamento, é claro, é de obrigação de cada Secretário responder no tempo correto, certo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Regimental.

O SR. JAIR MONTES – Regimental. Tanto é que a Casa, esta Casa está sendo muito ainda boa com o Secretário, muito complacente ainda. Então, esse recado, nós levaremos ao Chefe da Casa Civil, ao Governador Marcos Rocha, para que oriente os seus Secretários a respeitar o trabalho de cada deputado. Inclusive os meus pedidos, também, que todos os pedidos

sejam encaminhados e as respostas dadas em tempo hábil naquilo que a Casa precisa. Então a gente vai levar essa mensagem ao Governador.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para colocar, terminando de responder ao Deputado Eyder, nós temos e-mail que pode ser mandado, mas eu vou avaliar essa questão de reclamação. Quanto à questão da retirada das matérias, nós conversamos, agora, reunidos na presidência, com o vice-líder, nós fizemos um acordo de deliberar as matérias, inclusive, colocamos mais uma matéria em pauta a pedido de Vossa Excelência e o acordo foi que ficasse as sete matérias para poderem ser deliberadas. Como eu sei que Vossa Excelência cumpre acordos, nós também vamos cumprir e vamos deixar as sete matérias na pauta.

O SR. EYDER BRASIL – Senhor Presidente...

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, Deputado Adailton Fúria, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já lhe passo, Deputado, só um minutinho.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora a Convocação do Secretário da Secretaria de Estado da Educação, o Senhor Suamy Vivecanada Lacerda Abreu, para prestar esclarecimentos, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 29 de julho de 2020, às 11h. Assunto: sobre o retorno as aulas no Estado de Rondônia, sobre a merenda escolar, sobre a aplicação dos investimentos previstos para o ano de 2020, sobre o programa de Transporte Escolar Ir e Vir e quais os municípios que implementaram o programa de Ir e Vir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Adelino Follador que requer à Mesa Diretora a Convocação do Secretário Estadual de Educação, o Sr. Suamy Vivecanada Lacerda Abreu.

Em discussão o Requerimento. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer que o Secretário da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, o Senhor Erasmo Meireles e Sá, preste esclarecimentos e forneça informações. Assunto: Servidores Lotados na Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo

discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Só, também, falar aos líderes, que também são importantes as convocações, Deputado Jair, anotar para os deputados virem, porque isso é um dever também constitucional, no horário. E aí, a gente pode trabalhar essas convocações no Plenarinho, que eu acho que fica mais adequado, podendo participar o líder e o vice-líder, acompanhando os Secretários e os demais deputados que quiserem.

Próxima matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR – 11 horas está marcada, terça-feira.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 071/2020 DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre a adoção de procedimentos destinados a deliberar sobre o ressarcimento de despesas nos casos em que o Parlamentar estiver impossibilitado de subscrever o requerimento de restituição de valores com despesas.

No Projeto falta o parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Procedo ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Adelino Follador.

Isso é quando o parlamentar não puder, estiver ausente, e o Chefe de Gabinete pode ser o responsável pelo encaminhamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Resolução 071/2020 da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a adoção de procedimentos destinados a deliberar sobre o ressarcimento de despesas nos casos em que o Parlamentar estiver impossibilitado de subscrever o requerimento de restituição de valores com despesas.”

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução 071/2020, de autoria da Mesa Diretora. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 631/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 112. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 5.653.469,72, em favor

da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria não estava na Ordem do Dia, mas como o acordo foi feito e nós atendemos ao pedido do vice-líder do governo de colocar essa matéria. É uma matéria que é um recurso da devolução da Sepat, eu mandei até, deputados, olhar um convênio. Esse convênio foi firmado em 2010 e a vigência foi 12/10/2018, mas tem outro convênio dentro desse projeto que a vigência é 30/12/2020.

Então, eu vou solicitar ao Deputado Anderson Pereira para que faça o parecer para que a gente possa deliberar. Portanto, salientar que a Sepat também precisa...

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Não esquece a minha Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem, Deputado Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, o que eu venho falar aqui a Vossa Excelência e os demais colegas não é nem uma Questão de Ordem, mas é um apelo. Nós temos a Rodovia 387 que liga ao distrito de Pacarana, Senhor Presidente, eu acabo de receber informações aqui, que está intransitável. O que o DER está fazendo com aquele distrito é algo de humilhação para com aquela população.

Então eu aproveito aqui a Questão de Ordem, Senhor Presidente, e solicito ao DER que tome as providências imediatamente. Ao nosso Diretor Elias: nos ajude, Elias, com a estrada que liga Espigão d'Oeste ao distrito de Pacarana. A população está sendo humilhada na poeira e no buraco daquela rodovia. Então, fica aqui, Senhor Presidente, a Questão de Ordem com esse pedido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vai ficar registrado e o Deputado Anderson já se pronunciou sobre essa estrada no seu pronunciamento e também já levou as informações a todos.

Deputado Anderson, o parecer.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Projeto de Lei 631/2020, Mensagem 112 do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 5.653.469,72, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT", para dar cobertura orçamentária às despesas correntes do presente exercício, indicado nos anexos únicos.

Nosso parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissões pertinentes é pela legalidade e constitucionalidade da matéria, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Anderson Pereira. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam

como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 631/2020, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.

**Aprovado. Vai à segunda discussão.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 225/2019 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 171/2019. Autoriza o Estado de Rondônia, representado pelo Poder Executivo, a contratar operação de crédito externa junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Rondônia – PROFISCO II RO.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria está sendo votada em segunda votação, já tem parecer.

Então, os deputados favoráveis vão votar "sim", os contrários, "não". Como é Projeto de Lei, a gente ainda tem Sessão por videoconferência, eu vou consultar primeiro os deputados da videoconferência.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, para discutir a matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir em segunda discussão.

O SR. JAIR MONTES – A primeira votação foi o que, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A primeira votação foi para aprovação.

O SR. JAIR MONTES – Para aprovação, não é? Esse Projeto é aquele Projeto que vai fazer a contratação do recurso para poder modernizar a questão da Sefin?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Isso.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, há um tempo eu era contra esse Projeto. Até o tempo que eu entendi que o Projeto vai beneficiar muito o Estado de Rondônia na questão da modernização da sua receita. Entendendo que vivemos num mundo hoje – até antes da pandemia e agora na pandemia – um mundo de modernização, de tecnologia. Então, quanto mais tecnologia o Estado tiver, mais recurso ele vai poder buscar os recursos que vem perdendo.

Então, a gente encaminha - já que votou a primeira votação "sim" -, a gente encaminha a segunda votação que votemos "sim" também para que nós possamos ter a modernização e com toda aquela clareza que o Governador Marcos Rocha tem pregado do dinheiro público. Nós precisamos cada dia mais aumentar. A nossa arrecadação caiu muito e precisamos ter modernização na nossa Sefin.

Então, eu conclamo aqui os deputados para que nós possamos votar "sim" nessa matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A Mensagem 171, que é o financiamento de \$ 30 milhões de dólares, que foi votada. Agora estamos em segunda votação do Projeto. Se o Projeto for aprovado, como o governo encaminha – o líder e o vice-líder do governo, o Projeto é aprovado. Se o Projeto for rejeitado, o Projeto é arquivado. Os favoráveis votem “sim”, os contrários “não”.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, diante da crise de saúde eu vou votar contrário a esse Projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – “Não”. Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Presidente, eu acho que não é momento para falar em empréstimo, pelo amor de Deus! Eu voto contra o Projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – No mesmo sentido, Senhor Presidente. Na outra reunião, nós já debatemos isso e não é momento para isso. Eu voto contra.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel. Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Como o Deputado Jair explanou bem, falou que é para modernizar, tudo que for para modernizar, para ajudar, então, o meu voto é “sim”, favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – “Não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vou fazer a consulta aqui. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Deputado Chiquinho. Ah, não. Votem na urna. Os deputados podem votar na Sessão, está certo.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só um minutinho. Na hora em que eu der a Questão de Ordem, eu aviso. Só um minutinho.

Falta o Deputado Geraldo da Rondônia votar. Falta o Pastor Deputado Alex Silva. Pastor Alex Silva não está presente. Desculpa, achei que o senhor estava presente.

Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (*Por videoconferência*) – Eu era a favor no início e continuo votando “sim”, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lebrão vota “sim”. Deputado Alex está ausente. Deputado Geraldo deu certo.

### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- não
- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- não votou
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- não
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Com 15 votos contrários e 06 votos favoráveis, está reprovado o Projeto de Lei 225/2020. O Projeto vai ao Arquivo.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 702/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 146. Dispõe sobre a desvinculação de recursos, com amparo no artigo 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 93, de 08 de setembro de 2016, e a reversão do Superavit Financeiro do exercício de 2019 para o Tesouro Estadual.

O SR. JAIR MONTES – Essa matéria não está aqui na nossa pauta, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria está na pauta. Mensagem 146. Está publicada na pauta.

O SR. JAIR MONTES – Ah, está aqui.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer pela CCJ, Mensagem 146. Está na Ordem do Dia. O que não está na pauta é a da Sepat, que Vossa Excelência pediu para colocar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 702/2020, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 146, que “Dispõe

sobre a desvinculação de recursos, com amparo no artigo 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 93, de 08 de setembro de 2016, e a reversão do Superavit Financeiro do exercício de 2019 para o Tesouro Estadual.”

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pela constitucionalidade e pela regimentabilidade do Projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 702/2020, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em primeira votação, a Mensagem 146.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Para discutir, Senhor Presidente. Para discutir o Projeto.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Deputado Lazinho está querendo discutir o Projeto, Senhor Presidente. Deputado Lazinho da Fetagro está querendo discutir o Projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho pode discutir enquanto está em votação. Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Então, Senhor Presidente, essa desvinculação de recursos, na minha visão, é absurda com relação ao que o governo quer fazer. Ele está tirando 30% do recurso do Fider, da Fepran, do Proleite, do Detran para ficar a cargo do governo gastar da forma como ele se interessar que gaste. Por exemplo, do recurso do Proleite nós já não estamos gastando ele – ele está gastando ele mais na agricultura do que em outro setor. Quando você desvincula, você libera os Fundos que são constitucionalmente construídos para aplicação nas obras, nas ações do governo que são referentes ao Fundo. Nós estamos criando o Fundo, arrecadando e desvinculando ele e tirando para gastar ao bel prazer do governo. Por isso, eu já adianto meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, eu voto favorável a esse Projeto, porque 30% para que o governo possa, nesse momento de crise, dar uma melhor destinação a esse recurso, Presidente. Favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da Tv.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Presidente, eu - apesar de quando chamou o Projeto não fala sobre isso, fala sobre desvinculação e não explica bem o que é -, mas como o próprio Deputado Fúria acabou de dizer, se trata de

uma retenção de 30% dos Fundos, um remanejamento de 30% desses valores para a Fonte 100 do governo. Eu sempre fui muito contra esse monte de Fundo que tem. Acho que é Fundo demais, que só arrecada e não faz nada com ele.

Então, neste momento de pandemia, eu acredito que ele possa ser importante para ajudar na caixa do governo e eu voto favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. JAIR MONTES – Esse voto é um adendo, não é Deputado Luizinho?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Votar contra. Eu acho que a gente tem que definir. Se vão abrir os Fundos, a gente tem que ter já para onde que vai ser investido esse recurso. Porque, nesse momento, o que acontece? A gente não sabe o resultado econômico que vai dar essa pandemia. Então, é necessário, talvez, usar os Fundos? Sim, mas tem que ter uma destinação definida do que vai ser feito. E ainda, neste momento, não dá para saber aonde, em que setor vai precisar. Se vai ter que ser para o incentivo, vai ter que ser para o Social, vai ter que ser para a Saúde. Então, eu acho salutar aguardar e, por isso, voto contra.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (*Por videoconferência*) – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Eu voto “sim”, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Os deputados aqui podem fazer uso do voto. Deputado Alex Silva está aqui? Deputado Alex Redano falta votar, Deputado Alex Silva, Deputada Cassia Muleta, Deputado Chiquinho da Emater, Deputado Cirone Deiró, Deputado Edson Martins, Deputado Eyder Brasil, Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Esses Fundos, Senhor Presidente, eles são retirados, muitas vezes, dos repasses dos municípios, inclusive o Fitha.

O SR. JAIR MONTES – Não tem nada a ver, não. São Fundos que ficam parados.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jair, o Deputado está falando. Na hora que o senhor está falando, os deputados respeitam Vossa Excelência, então respeite o Deputado. Depois Vossa Excelência pode falar.

O SR. EDSON MARTINS – Eu fui Prefeito. Eu sempre fui contra, Presidente, a retenção desses recursos que vão para os Fundos, que são retirados recursos dos municípios. O Fitha eu debati muito, porque eu perdi muito na época que eu era Prefeito quando criaram esse Fitha. Hoje, se fosse para 30% para voltar para os municípios, com certeza eu votaria favorável.

O SR. JAIR MONTES – Não tira nada de município aqui, não. Não tem nada a ver não. São Fundos que ficam parados. O Fitha não está não. São Fundos que ficam parados. Mas não tira nada aqui de município não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Edson. Questão de Ordem, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer, Deputado Jair, com certeza tira sim os 25% dos municípios, porque esse recurso - todos os Fundos, eles são ao invés de depositar no Tesouro, eles são depositados na conta específica – e lá nesse Fundo, deixa de passar para os Poderes e também para as Prefeituras 25%, sim. Todos os Fundos. Isso é um prejuízo muito grande para os municípios e também para a Educação e a Saúde.

O SR. JAIR MONTES – O senhor está equivocado, Deputado Adelino. Não tira nada não, o senhor está equivocado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu fui Secretário... Pode procurar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jair, quer Questão de Ordem para falar?

O SR. JAIR MONTES – Questão de Ordem, Presidente. O senhor está equivocado. A gente tem hoje R\$ 800 milhões parados em Fundos. Nós estamos vivendo uma pandemia no Estado de Rondônia. O governo precisa remanejar o dinheiro, como o Detran. O Detran tem dinheiro parado no caixa e não pode tirar. Então, nós vamos ficar com dinheiro parado, porque ninguém pode remanejar? 30% para mexer na Saúde, onde precisa, Deputado? Então, tem coisas que nós temos que falar. Então, não prejudica, em nada, os municípios, não. Ajuda município. Nós estamos aqui com uma reclamação de Cacoal, que o Estado não está atendendo o município. Como vai atender se não tem o dinheiro para atender? Eu tenho uma reclamação de Guajará-Mirim que não atende. Como que vou atender se não tenho dinheiro para atender Guajará-Mirim? Então, precisa ser volátil esse recurso para que eu possa aplicar 30% na Saúde.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para colocar essa questão. Esse recurso que o Deputado Edson quis falar e o Deputado Jair, com exceção do Detran que são taxas, todos os demais Fundos são recursos de pagamentos de impostos que vão para o Fundo e não contribuem nem com os Poderes, nem com o municípios. O Fundo é específico a aplicação dele. E o governo não pede esse recurso para investir em pandemia

de Covid. O governo pede para a Fonte 100. E dinheiro para a Covid está vindo bastante, basta ter gestão e saber aplicar. E, com certeza, se o governo precisar de qualquer um desses recursos, encaminhe Projeto para esta Casa dizendo aonde vai aplicar o dinheiro, que não vai ter dificuldade nenhuma em aprovar.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo, bem rapidamente.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Acompanhando o raciocínio e a fala do Presidente Laerte, caro colega, Deputado Jair. Todo dia eu ouço falar, é um bilhão, são dois bilhões, dez bilhões para a Covid para o País todo. Ou seja, o Estado de Rondônia, se falta recurso, está faltando gestão de recursos. Se está faltando recursos, seja onde for agora, não é por causa dessa questão do dinheiro, que, de repente, está aí parado, que está faltando investimento na Covid. Me desculpe te falar, Deputado Jair Montes, mas o próprio governo, a própria União tem bancado, ela tem cumprido com o seu papel de enviar, destinar recursos para o nosso Estado.

O SR. JAIR MONTES – Questão de Ordem, Presidente. Eu fui citado e quero responder, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Questão de Ordem, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Deputado, eu tenho muito respeito por Vossa Excelência, Deputado Geraldo da Rondônia. Esse negócio de “ouvir dizer” não existe; “ouvir dizer”, “ouvir dizer” não existe. A questão é concreta. Hoje nós vivemos numa guerra, precisamos de recursos para tudo o que é canto. Eu não posso, como Assembleia, engessar o Governo do Estado de Rondônia. Se for isso o que o senhor pensa em fazer, tudo bem, me perdoe. Mas vote conforme sua consciência.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró, Questão de Ordem?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Só para falar ao Deputado Jair Montes, nosso vice-líder do governo. Por exemplo, o Fundo do Proleite está envolvido nisso aí. Então, nós temos que ter critérios na hora de a gente tirar esses recursos, Deputado Jair. Por exemplo, eu sou a favor de tirar do Detran. O Detran está parado, está inerte. Então é um órgão que você pode tirar o dinheiro que quiser. Mas nós estávamos numa crise do leite até a semana passada. Como é que nós vamos tirar 30%, sendo que nós não estamos dando condições de o produtor de leite trabalhar? Então são essas questões que a gente precisa debater melhor junto com o governo, para ele ter critérios de separar esses Fundos. Agora, não pode votar num pacote só, tá? Fica aí. O meu voto é mais em relação ao produtor.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Presidente. Deputado Fúria.

O SR. JAIR MONTES – Deputado Cirone Deiró. Só para completar o que ele falou aqui. Deputado Cirone Deiró, eu entendo que nós estávamos trabalhando via *home office*. O senhor estava lá em Cacoal e está hoje trabalhando presencialmente. Parabéns de estar aqui. Então assim, nós estamos equivocados. Nós temos R\$ 5 milhões nesta Casa para ser votado para a compra de leite do pequeno produtor. Até hoje não votou. Então, a questão não é o pequeno produtor e o dinheiro, não. Nós temos R\$ 5 milhões para ser votado aqui e a Assembleia não votou ainda. Então, só para o seu conhecimento.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- não
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 13 votos contrários e 9 votos favoráveis, está arquivado o Projeto de Lei nº 702/2020 do Poder Executivo.**

Próxima matéria.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só uma Questão de Ordem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Presidente, só uma Questão de Ordem, Presidente. Deputado Lazinho.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Só uma Questão de Ordem também, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já vou dar Questão de Ordem. Já vou lhe dar Questão de Ordem.

Próxima matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu fui citado pelo Deputado Jair Montes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já vou dar para todos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu também quero uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 558/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 74. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 100.258.096,22, em favor da Unidade Orçamentária: Recursos Sob a Supervisão da SEFIN – RS-SEFIN.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para que proceda ao parecer pela CCJ e Comissões pertinentes.

Deputado Adailton Fúria, Questão de Ordem para o senhor, um minuto. Deputado Lazinho da Fetagro, Questão de Ordem para Vossa Excelência, um minuto.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Já foi aprovado o tema, Senhor Presidente. Era dentro do tema dos 30% de remanejamento.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – E Vossa Excelência, próxima Sessão, vai ter que estar aqui, Deputado Fúria. Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Só para deixar claro para o Deputado Jair Montes que a Mensagem 121, referente aos R\$ 5 milhões do Proleite, que ele acaba de dizer. Agora à tarde, eu e o Deputado Cirone Deiró conversamos com o Secretário de Estado. O projeto veio tão mal feito para a Casa, Deputado Jair Montes, que o próprio Secretário entendeu em tirar o projeto e refazer. Porque eles não souberam nem formatar o projeto da forma como está sendo proposto pela Secretaria. E são palavras do Secretário. Então assim que entrar – e eu acho que R\$ 5 milhões é até pouco -, assim que entrar o projeto, formatado da forma como foi proposto, com certeza esta Casa irá aprovar sem problema nenhum. Aliás, já era para ter vindo uma nova Mensagem do governo. E nós estamos aguardando.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só uma Questão de Ordem, Presidente. Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem, Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero também me referir à questão dos R\$ 5 milhões do Proleite, que o Deputado Jair Montes se referiu. Do jeito que está o projeto iria beneficiar as grandes indústrias. Não ia beneficiar o pequeno produtor rural. Totalmente errado. Graças a Deus que a Secretaria viu que estava errada e deve retirar o projeto de pauta porque, realmente, está totalmente errada, Deputado Lazinho. Fizeram de maneira errada. E com isso iria só beneficiar os grandes laticínios, e não o pequeno produtor rural.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Cirone Deiró, que é o Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Questão de Ordem, Presidente. Sobre o projeto de R\$ 5 milhões do leite, ao qual o Deputado Jair Montes se referiu. Eu estive hoje pela manhã na Casa Civil, estive com o Secretário de Agricultura, e o próprio governo concorda que o projeto foi mandado de maneira errada aqui para a Assembleia. Vão refazer o projeto. Eles estão pedindo o projeto de volta. Vão discutir com os técnicos; vão discutir com a Assembleia; vão refazer o projeto. E fizemos o compromisso, assim que refizer o projeto e vier para a Casa, nós vamos votar na primeira Sessão que chegar aqui. Então realmente precisa só readequar para que a gente possa investir esses R\$ 5 milhões.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mais uma vez a Assembleia contribui com o governo.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Com certeza. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Segura o projeto, agora o governo vai ter a oportunidade de refazer o projeto, mandar o projeto certo; mandar o projeto que eles querem para cá.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Exatamente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adelino Follador.

O SR. JAIR MONTES – Não tem contribuição nenhuma, não, Presidente. Me perdoe. Nenhuma contribuição.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adelino Follador. Muita contribuição. Aqui tem muita.

O SR. JAIR MONTES – Tem uma contribuição.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esta Casa sempre contribuiu, Deputado Jair Montes, em todas as ações.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com certeza. Bom é que são 24 deputados.

O SR. JAIR MONTES – Neste momento, não.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 558/2020, Mensagem 74, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 100.258.096,22, em favor da Unidade Orçamentária: Recursos Sob a Supervisão da SEFIN – RS-SEFIN.".

Nós somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pela constitucionalidade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Projeto de Lei 558/2020 do Poder Executivo/Mensagem 74. Esse projeto, vou explicar aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) – Ele está na pauta, Senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está na pauta. Ele está na pauta?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) – Não está na pauta.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Esse projeto são recursos decorrentes do Pré-Sal. A única questão que tem nesse projeto, que o governo colocou, que o governo disse, é que esse recurso, quando veio de Brasília, veio carimbado para..., a prioridade zero é o Instituto de Previdência. O governo colocou no projeto que é para pagar dívidas fundadas. Então, o governo pode usar esse dinheiro, federal, o Governo do Estado, para pagar dívidas que tem com o Iperon, entendeu? Aí, é uma questão que a gente, eu acho que não deve nem discutir. O certo seria ir direto para o Iperon, sem pagar dívidas do governo. Mas a gente sabe da dificuldade financeira do Estado. Então, se o governo usar esse recurso - olha a contribuição que a Assembleia está dando votando essa matéria -, se o governo usar esse recurso para pagar as dívidas fundadas dele com o Iperon, o recurso vai para o Iperon da mesma forma. Até porque, lá na frente se o Iperon, Deputado Anderson, não conseguir pagar os seus beneficiários, Deputado Ezequiel, o governo vai ter que fazer um aporte. Então, não muda muita coisa. Mas a Assembleia está votando, inclusive, de uma forma para que o governo possa, se tiver que pagar dívidas fundadas, possa usar esses recursos com o Iperon para ser pago.

Encerrada a discussão, em votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Está aprovado. **Está aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 558/2020 de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis votem "sim", os contrários "não".

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (Por videoconferência) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (Por videoconferência) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) – Espero que o Iperon agora faça jus e trabalhe direitinho para não judiar tanto os servidores públicos. Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Presidente, essa é a matéria que foi incluída...**(inaudível)**. Qual é?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não, essa é a matéria foi trocada na pauta, porque era outro projeto. É essa que veio recurso do Pré-Sal para que seja destinado ao Iperon. Deputada Rosângela, ou você desliga o microfone ou não conseguimos trabalhar aqui. Obrigado.  
Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Como eu justifiquei, portanto, eu voto “sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Favorável, Presidente, “sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (*Por videoconferência*) – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Edson Martins, falta o seu voto.

O SR. LEBRÃO (*Por videoconferência*) – Eu voto “sim”. O som está muito ruim, tem muita gente com o microfone ligado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu queria fazer um apelo aos deputados que estão por videoconferência que desliguem o microfone. Nós estamos em procedimentos que devem ser cumpridos, se não acaba dando microfonia e prejudica a todos.

Deputado Geraldo da Rondônia, falta o seu voto.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim

- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 22 votos favoráveis e nenhum contrário. Está computando o voto do Deputado Geraldo. Está aprovado o Projeto de Lei 558/2020 em primeira votação. Vai à segunda votação.**  
Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 482/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 49. Institui o parcelamento de crédito tributário, objeto de anistia ou remissão, e a concessão da moratória, relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM, e ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 169/17, de 23 de novembro de 2017.

O SR. JAIR MONTES – Qual é esse, Senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Projeto de Lei 482/2020. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer, Mensagem 49.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 482/2020 do Poder Executivo/Mensagem 49, que “Institui o parcelamento de crédito tributário, objeto de anistia ou remissão, e a concessão da moratória, relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM, e ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 169/17, de 23 de novembro de 2017.”.

Pela constitucionalidade, nós somos favoráveis.

O SR. JAIR MONTES – Eu peço vista deste projeto, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vai chegar a vista na hora em que eu colocar em discussão.

O SR. JAIR MONTES – Eu vou pedindo vista aqui até a data.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Projeto.

O SR. JAIR MONTES – Eu peço vista, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL – Eu peço vista conjunta, Presidente, deste projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu vou conceder a vista.

O SR. JAIR MONTES – Mas tem de conceder, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu vou, eu vou colocar... Esse projeto, esse projeto que está aqui, beneficia mais de 200 empresas. O Governo, a semana passada, tirou a outra Mensagem que estava sobrestada na CCJ, inclusive pelo Relator, um dos relatores, a sugestão do Deputado Jair Montes, e esse projeto aqui, ele também atende. Inclusive, ontem, numa entrevista coletiva que fizemos, nós falamos desse projeto e que ele atenderia a mais de 213 empresas, num total de R\$ 10 bilhões que o governo daria o benefício de R\$ 6 bilhões, receberia R\$ 4 bi.

Inclusive hoje, me parece, por informação dos líderes, que o governo até pediu para retirar. Eu fico até feliz, porque o governo ouviu a nossa denúncia e pediu a retirada da matéria. Como não chegou a tempo, o vice-líder pediu vista. Inclusive, na semana passada, já tinha retirado de pauta.

Então esse é o compromisso que esta Casa tem, que a Assembleia tem, porque um tempo desses, como foi tão falado aqui, de dinheiro tão difícil, de dificuldade, dar concessão na ordem de 60% para empresas que devem milhões - e se tentou, no início, colocar o nome de uma empresa no projeto, só que tem mais de 213 empresas que se beneficiam deste projeto aqui - inclusive uma que deve mais do que a que foi taxada.

Eu vou conceder o pedido de vista ao Deputado Jair Montes e ao Deputado Eyder Brasil, para a próxima Sessão.

Próxima matéria.

O SR. JAIR MONTES- Questão de Ordem, Presidente. Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já vou te dar a Questão de Ordem.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COLETIVO 656/2020. Revoga a Lei nº 1.072, de 13 de maio de 2002, que "Institui e regulamenta o Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências", e suas leis alteradoras.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria, essa matéria é de autoria coletiva e solicito ao Deputado Anderson Pereira para proceder ao parecer desta matéria.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, Questão de Ordem. A Ordem do Dia...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Jair Montes primeiro, depois Vossa Excelência.

O SR. MARCELO CRUZ - Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu vou até, antes de fazer, eu vou até retirar essa matéria de pauta, coletivo da Casa, que eu quero conversar com o novo, o que vai assumir, o novo diretor do Corpo de Bombeiros...

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – O novo Comandante.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O novo Comandante, e me parece uma pessoa até de boa índole, vou conversar com ele para a gente poder discutir esse projeto, porque é o primeiro Fundo que existe no Brasil, criado pela Assembleia. Não é? Então é um projeto que tem constitucionalidade, e que pode ser recuperado. Eu vou tirar ele de pauta e vou convidar o novo diretor, o que vai ser o novo diretor dos bombeiros, acho que é Diretor ou Superintendente do Corpo de Bombeiros...

O SR. EYDER BRASIL - Comandante. Comandante.

O SR. JAIR MONTES - Eu, eu.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Comandante para vir a esta Casa para a gente discutir esse projeto. Pode falar, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Presidente, na condição de Deputado Estadual, o senhor está na condição de Presidente, na qual eu votei no Senhor. Mas na condição de Deputado Estadual, que nós somos iguais, eu me sinto alijado do processo de quando eu faço um pedido de Questão de Ordem e não ter no momento a Questão de Ordem. Então, depois que passa, perde-se o raciocínio, perde-se a vontade. É como se eu tivesse a vontade de comer e agora eu não quero mais comer. Está me entendendo, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Estou entendendo, Vossa Excelência.

O SR. JAIR MONTES - Então para mim, não vale a pena, se eu trabalhar da mesma maneira que eu trabalhar nesta Casa, sendo alijado do meu processo, do meu direito de deputado, na hora de pedir Questão de Ordem para tratar um assunto da Ordem, para mim, eu não me sinto à vontade em ser deputado nesta Casa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Fica aí registrada a sua... Fica registrada...

O SR. JAIR MONTES – Então, fica registrada aqui a minha indignação contra a Mesa e o Senhor Presidente. Porque Questão de Ordem é Questão de Ordem; vista é vista. E tem que respeitar o meu direito como deputado estadual.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A Mesa cumpre o Regimento. Leia o Regimento. Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente. Eu agradeço aí, a sua retirada de pauta para nós construirmos uma saída para toda a celeuma que aconteceu, acredito, que lá no Município de Ji-Paraná. Era da nossa intenção, já, a pedido de muitos outros militares do Corpo de Bombeiros, fazer o pedido de vista dessa matéria, para que nós pudéssemos sentar, todos em uma mesa só, e conversarmos a respeito dessa pauta, dessa matéria. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado.  
Próxima matéria.

O SR. JHONY PAIXÃO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem,  
Deputado Jhony Paixão.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) - Questão  
de Ordem, Presidente. Deputado Adailton Fúria.

O SR. JHONY PAIXÃO – Presidente, bem falado pelo  
Deputado Eyder Brasil, realmente é uma preocupação de todos,  
do pessoal do Corpo de Bombeiros e, realmente, é salutar  
essa discussão com o novo Comandante do Corpo de Bombeiros  
para que nós possamos realmente encontrar um viés que venha  
atender a categoria e também o anseio do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado  
Jhony. Por isso que foi tirado, Deputado Jhony, da Ordem do  
Dia.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão  
de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adailton  
Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor  
Presidente, eu gostaria só de fazer uma justificativa. Vossa  
Excelência pediu que eu estivesse nesta Sessão de hoje, mas  
eu não estou, Senhor Presidente, porque eu estava até a pouco  
acompanhando a equipe da Sesau que está aqui em Cacoal. E,  
por esse motivo, eu não estou na Sessão. Já estava com a  
mala pronta, Senhor Presidente, quando eu tive a informação  
que era para eu acompanhar a equipe.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está justificada a  
sua ausência.  
Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE  
LEI 621/2020 DO DEPUTADO ALEX SILVA. Estabelece que as  
ações de solidariedade de distribuição de cestas básicas, kits  
de higiene, água, gás, cartões de vale alimentação, demais  
itens de doações considerados essenciais e sanitização das  
ruas sejam considerados serviços essenciais durante o período  
de pandemia do coronavírus, até mesmo em casos de eventual  
Decretação de bloqueio total de circulação (lockdown) no Estado  
de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria do  
Deputado Alex Silva está sem parecer. Solicito ao Deputado  
Adelino Follador para proceder ao parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 621/2020 de  
autoria do Deputado Alex Silva, que “Estabelece que ações de  
solidariedade de distribuição de cestas básicas, kits de higiene,

água, gás, cartões de vale alimentação, demais itens de doações  
considerados essenciais e sanitização das ruas sejam  
considerados serviços essenciais durante o período de  
pandemia do coronavírus, até mesmo em casos de eventual  
Decretação de bloqueio total de circulação (lockdown) no Estado  
de Rondônia.”

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas  
Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o  
parecer do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo  
discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam  
como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº  
621/2020, de autoria do Deputado Alex Silva. Não havendo  
discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis  
permaneçam como estão, os contrários se manifestem.  
**Aprovado em primeira votação. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE  
LEI 489/2020 DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Altera a Lei  
nº 2.078, de 22 de maio de 2009, que dispõe sobre o transporte  
gratuito e obrigatório de militares do Estado de Rondônia  
fardados.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está  
sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para  
proceder ao parecer da matéria do Deputado Anderson Pereira.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 489/2020 de  
autoria do Deputado Anderson Pereira, que “Altera a Lei nº  
2.078, de 22 de maio de 2009, que dispõe sobre o transporte  
gratuito e obrigatório de militares do Estado de Rondônia  
fardados.”

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas  
Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão e  
votação o parecer do Deputado Adelino Follador ao Projeto de  
Lei 489/2020 de autoria do Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, para discutir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discussão,  
Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Primeiramente, agradecer  
ao líder Eyder Brasil, que solicitou inclusive a pauta dessa  
matéria na Ordem do Dia de hoje. Essa matéria, a gente está  
alterando uma lei que já existe no Estado, que beneficia os  
militares nos seus translados de um município para o outro.  
Inclusive, a Polícia Civil, Polícia Penal com essa alteração serão  
beneficiadas. E, hoje, a Polícia Militar está com dificuldade – a  
Eucatur e outras empresas estão negando este transporte e  
está dificultando o trabalho, inclusive diligências policiais – e a  
gente fez uma alteração na lei, porque tinha uma lacuna na  
lei. A gente fez uma alteração que vai preencher essa lacuna e  
aí as empresas serão obrigadas a cumprir, no momento de

serviço e traslado desses profissionais de Segurança Pública, de um município para o outro, dentro do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, o Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Primeiramente, eu quero parabenizar o Deputado Anderson Pereira pela propositura da matéria. E, em seguida, parabenizar também e agradecer ao Deputado Laerte Gomes, Presidente desta Casa, por ter pautado essa matéria tão importante para os nossos militares. Aí eu quero solicitar aos Comandantes de Batalhão, Comandantes de Grupo, Comandantes de Companhia, que também olhem pelo lado de seus militares, olhem pelo lado de seus subordinados. Muitos Comandantes – e eu tenho recebido essa denúncia, Deputado Ismael Crispin – que dificultam a liberação, a autorização para que esses militares possam fazer esse traslado.

Então, esta Casa de Leis está propondo uma alteração para alcançar, para prestigiar os nossos militares que, por exemplo, moram em Ariquemes e trabalham em Porto Velho ou moram em Porto Velho e trabalham em Ariquemes e precisam se deslocar. Então, solicito, muito respeitosamente, que todos os Comandantes possam também estar ao lado dos nossos militares que precisam de uma forma ou outra se deslocar para exercer a sua profissão. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 489/2020. Não havendo discussão, em primeira votação.

Os deputados que estão por videoconferência, como já são Projetos da Casa, se forem votar contrário, se manifestem. Se forem votar a favor, permaneçam como estão. Tem muitos Projetos de Parlamentares. Até para a gente ter uma celeridade maior.

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 582/2020 DO DEPUTADO ALEX SILVA. Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Na Comissão de Constituição e Justiça está ok. Falta parecer da Comissão Criança e Adolescente.

Para dar o parecer pela Comissão Criança e Adolescente, o Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Projeto de Lei 582/2020 de autoria do Deputado Alex Silva, “Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19.”.

Nosso parecer pela Comissão da Criança e do Adolescente, da Mulher e do Idoso é pela legalidade e constitucionalidade da matéria e parabenizo o Pastor Deputado Alex Silva pela propositura dessa tão importante matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Anderson Pereira. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 582/2020, de autoria do Deputado Alex Silva. Não havendo discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

**Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 661/2020 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre a permanência do profissional fisioterapeuta nos Centros de Terapia Intensiva – CTIs e nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), adulto, pediátrico e neonatal no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria do Deputado Adelino Follador está sem parecer.

Solicito ao Deputado Anderson Pereira para proceder ao parecer pela CCJ e demais Comissões pertinentes.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Projeto de Lei 661/2020 de autoria do Deputado Adelino Follador. “Dispõe sobre a permanência do profissional fisioterapeuta nos Centros de Terapia Intensiva – CTIs e nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), adulto, pediátrico e neonatal no Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

O nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade dessa matéria e parabenizo o Deputado Adelino também. É uma matéria muito importante que, com certeza, traz uma repercussão social muito importante. E preenche algumas lacunas que não existem no nosso ordenamento jurídico e nas leis.

O SR. JAIR MONTES – Se puder explicar a matéria, agradeço, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Anderson Pereira. Para discutir a matéria. Um dos deputados está pedindo para Vossa Excelência explicar a matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza nós temos hoje muitas pessoas que estão na UTI e elas precisam do

fisioterapeuta para fazer exercício, porque elas ficam lá – tem gente que fica 6 meses, 01 ano. Então, a cada 10 leitos você já tem uma... Têm vários Estados que já está aprovado na Câmara de Deputados no País – se não me engano tem 07 Estados já que têm para que exija que também eles tenham lá. Eles têm convenio com o SUS, eles têm que fazer parte do quadro, porque o fisioterapeuta é essencial nas UTIs. Isso, inclusive, a Presidente da Associação dos Fisioterapeutas no Brasil e em Rondônia também, já estiveram comigo várias vezes e estão pedindo. O Deputado Dr. Neidson sabe muito bem que na UTI há a necessidade de fazer essa massagem, dar essa assistência para as pessoas internadas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão, em votação o parecer do Deputado Anderson. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 661/2020, de autoria do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

**Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 426/2020 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio conhecido como “narguilé” aos menores de dezoito anos de idade e o consumo em lugares públicos, e dá outras providências.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria na Comissão de Justiça, ok. Falta parecer da Comissão de Saúde. Deputado Dr. Neidson, para proceder ao parecer.

O SR. DR. NEIDSON – Projeto de Lei 426/2020, Deputado Adelino Follador. Ementa: Dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio conhecido como “narguilé” aos menores de dezoito anos de idade e o consumo em lugares públicos, e dá outras providências.

Somos de parecer favorável pela Comissão de Saúde, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Dr. Neidson. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 426/2020 de autoria do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

**Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 689/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 141. Altera o artigo 3º da Lei nº 4.703, de 12 de dezembro de 2019.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer das Comissões pertinentes.

Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer. A matéria tem Emenda.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, tem como o líder do governo socializar conosco qual é a mudança que está sendo feita?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deixa o relator dar parecer e falar da Emenda, que aí o líder Deputado Eyder Brasil já explica.

O SR. ADELINO FOLLADOR -Projeto de Lei 689/2020, Mensagem 141, “Altera o artigo 3º da Lei nº 4.703, de 12 de dezembro de 2019.”

Pelas Comissões pertinentes, somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pela constitucionalidade do referido projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador, projeto do Executivo, Mensagem 141, Projeto de Lei 689/2020, com Emenda. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 689/2020 de autoria do Poder Executivo.

O SR. EYDER BRASIL – Para discutir, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir.

O SR. EYDER BRASIL – Meu amigo, nobre Deputado Lazineho da Fetagro, parabéns. O senhor sempre muito elegante participando das Sessões, mesmo de forma remota. Se trata de um Projeto de Lei do Poder Executivo que nós já votamos aqui nesta Casa. Não sei se o nobre parlamentar lembra, o nobre amigo lembra, a questão do Refaz, que foi aprovado pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que era de R\$ 4 milhões, depois passou para R\$ 200; que era até 3 meses, foi dilatado para mais 3 meses, está findando agora; e agora o Poder Executivo solicita desta Casa de Leis que seja prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2020, até o final deste ano, que nós imaginamos que vai percorrer, que vai ainda durar essa pandemia. Então é apenas um adiamento dessa possibilidade do Refaz do ICMS.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei nº 689/2020, com Emenda. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem, Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Tem uma Emenda. O que é que consta da Emenda? Fala que é a prorrogação daquele Refaz, mas e a Emenda?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vamos ver. É a prorrogação do Refaz. Deixe eu ver aqui. Prorrogação do Refaz, a Emenda: fica limitado o débito consolidado de forma individualizada por CNPJ ou Inscrição Estadual em valores de até R\$ 10 milhões. Essa é a Emenda.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Ok.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Alguém em contrário aí? Se há alguém contrário, se manifeste. **Aprovado. A matéria vai à segunda discussão.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 425/2020 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre a proibição de produção, fornecimento e distribuição gratuita ou onerosa, de canudos plásticos produzidos com materiais não biodegradáveis no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria do Deputado Adelino está sem parecer. Deputado Anderson Pereira, parecer.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Autor: Deputado Adelino Follador. Projeto de Lei 425/2020, “Dispõe sobre a proibição de produção, fornecimento e distribuição gratuita ou onerosa, de canudos plásticos produzidos com materiais não biodegradáveis no Estado de Rondônia e dá outras providências.”. Matéria ambiental.

Nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Anderson Pereira. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 425/2020 de autoria do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu gostaria de discutir o projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Você quer Questão de Ordem ou discutir o Projeto? Discutir? Então, pode discutir.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Discutir o projeto. Senhor Presidente, com relação a esse Projeto, já tentaram implementar um projeto desse na capital do nosso Estado, Porto Velho, aprovado pela Câmara de Vereadores,

como todo respeito ao meu colega deputado, e com certeza um projeto de suma importância, mas a aplicabilidade dele, Senhor Presidente, não tem tanta eficácia. Nesse sentido, vou votar favorável ao Projeto, mas nós precisamos, além de tudo, fazer uma conscientização aonde jogar esse canudo. O problema não é o canudo, se é de plástico ou se é de papel. O problema maior é onde a população joga esse canudo. E isso, sim, deveria ser coibido, até mesmo multado o cidadão que joga o lixo na rua, ou seja, joga um canudo na rua.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Perfeito. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

**Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 655/2020 DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Dispõe sobre a concessão de benefícios emergenciais às Instituições Sem Fins Lucrativos de Radiodifusão comunitários, a ser adotado durante o Estado de Calamidade Pública.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer CCJ e demais Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 655/2020, de autoria do Deputado Cirone Deiró, “Dispõe sobre a concessão de benefícios emergenciais às Instituições Sem Fins Lucrativos de Radiodifusão comunitários, a ser adotado durante o Estado de Calamidade Pública.”.

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes. Parabenizar o Deputado pela iniciativa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 655/2020 de autoria do Deputado Cirone Deiró. Não havendo discussão, em primeira votação.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – O Deputado Cirone Deiró, se ele estiver *on-line*, por favor para ele debater, falar o que é esse benefício.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Ele já não está mais no Plenário, “Dispõe sobre a concessão de benefícios emergenciais às Instituições Sem Fins Lucrativos de Radiodifusão comunitários, a ser adotado durante o Estado de Calamidade Pública.”.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Rádios comunitárias está favorecendo.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Na verdade, o projeto apesar de ser importante, é inconstitucional, mas eu vou votar favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei 655/2020 do Deputado Cirone Deiró. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. JAIR MONTES – Voto “contrário”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jair Montes, “contrário”. Um voto registrado contrário.

**Por 22 votos a favor e um contrário, está aprovado o projeto do Deputado Cirone Deiró. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*)– O que é isso meu vice-líder?

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 711/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 153. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 3.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está sem parecer. Solicito ao Deputado Anderson Pereira para proceder ao parecer.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Autor: Poder Executivo/ Mensagem 153, Projeto de Lei 711/2020, “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 3.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação.”.

Nosso parecer, pela Comissão de Justiça e Comissões pertinentes é pela legalidade e constitucionalidade da matéria, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Anderson Pereira. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 711/2020, de autoria do Poder Executivo.

O SR. JAIR MONTES – Para discussão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Essa matéria de R\$3.600.000,00 vai ajudar no cartão de R\$75,00 dos alunos de vulnerabilidade. Se os deputados quiserem derrotar o governo, fiquem à vontade. Eu voto “sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A liberdade de expressão é o melhor caminho, não é?

Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei 711/2020 de autoria do Poder Executivo. Os deputados favoráveis

a projetos bons, como esse, votem “sim”; os deputados que não quiserem, votem “não”. **Aprovado em primeira votação. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Eu acho que o vice-líder do governo, ele está equivocado. Ou ele não está dormindo bem, o corona pegou e deixou ele meio doído, porque a forma de tratar os nobres deputados não é essa. Primeiro, que cada deputado vota do jeito que quer votar. E os projetos que vão para o governo, toda a Assembleia vota favorável. Não é tratando a Casa dessa forma, que nós vamos conseguir construir e melhorar o Estado de Rondônia. Eu não gostei e peço desculpas se ele não gostar do que eu estou dizendo, mas essa forma de tocar é desrespeitosa, é irresponsável para com os pares nesta Casa. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JAIR MONTES - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Eu sinto muito que o senhor está por videoconferência e eu não possa te olhar pessoalmente. Eu só posso olha pelo vídeo, então, sinto muito. Outra coisa, quando eu sou aliado de um processo, eu não tenho respeito pela própria Mesa, então me perdoe se eu o ofendi de alguma maneira, mas é minha maneira de pensar. Hoje eu vejo que esta Casa vota projeto do governo com uma vontade de derrotar o governo. Não está derrotando o governo, está derrotando o povo do Estado de Rondônia. Se o senhor gostou ou não, eu não tenho também, problema algum com o senhor. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para colocar, antes de encerrar, e eu como Presidente da Casa, cada deputado aqui tem a liberdade de voto. O mandato não é coletivo, o mandato é individual. Cada deputado vota de acordo com a sua consciência. Ou a favor ou contra o governo. Aqui ninguém é comissionado do governo, mas também ninguém é adversário. Isso aqui não é um “puxadinho” do Executivo, mas também não é inimigo. Mais de 80%, 90% das matérias aqui são aprovadas, foram aprovadas nesta Casa. Como o Deputado Lazinho da Fetagro disse, não é dessa forma que o governo vai pressionar a Assembleia para fazer o que ele entende. Prova disso é que várias matérias que iriam ser votadas, inclusive uma que foi reprovada, o governo pediu para tirar. Nós estamos contribuindo com o governo. Então, essa é a posição da Assembleia Legislativa, uma Casa independente, que cada deputado aqui tem a sua liberdade de expressão e de voto.

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199, do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental, para apreciar em segunda discussão e votação, os Projetos de Lei 711/2020, 582/2020, 489/2020, 621/2020, 558/2020, 631/2020, 661/2020, 426/2020, 689/2020, 425/2020 e 655/2020.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento de Dispensa de Interstício de autoria do Deputado Ismael Crispin, dos Projetos de Lei 711/2020, 582/2020, 489/2020, 621/2020, 558/2020, 631/2020, 661/2020, 426/2020, 689/2020, 425/2020 e 655/2020.

Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações de Liderança. Não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Também não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão Ordinária, convoco Sessão Extraordinária para, em seguida, apreciarmos as matérias deliberadas nesta Sessão, constantes na pauta.

Está encerrada esta Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 49 minutos)**

## SUP. DE RECURSOS HUMANOS

### ATO Nº 90/2020-SRH/D/P/ALE

**O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

#### RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 28 a 30/07/2020, ao servidor relacionado, conforme processo nº 0007893/2020-16.

Matricula: 200168029

Nome: Danilo Lopes Nunes

Cargo: Assessor Militar Especial

Lotação: Sec.de Seg. Instit.

Porto Velho - RO, 29 de Julho de 2020.

**ARILDO LOPES DA SILVA**

Secretário Geral

ALE/RO

## SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 042/2020/PPP/ALE/RO

Processo Administrativo nº 06862/2020-17

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 0371/2020-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital de licitação, que se realizará na Modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, observando-se as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do da Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, conforme as especificações e condições a seguir:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – NOTEBOOKS, WEBCAM E TRIPÉ PARA WEBCAM**, a pedido do **Secretaria de Tecnologia da Informação - STI**, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referência – Anexo I do Edital. Valor estimado – **R\$ 282.659,10** (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, (x) NÃO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia: **13 de agosto de 2020, às 09h00min.**

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Dia: **13 de agosto de 2020, às 11h00min.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:** [www.al.ro.leg.br](http://www.al.ro.leg.br) - licitações; [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) Esclarecimentos: [cpl@ale.ro.gov.br](mailto:cpl@ale.ro.gov.br) Telefone (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho-RO, 30 de julho de 2020.

Everton José dos Santos Filho  
Pregoeiro ALE/RO

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 043/2020/PPP/ALE/RO**  
**Processo Administrativo nº 02726/2020-50**

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0371/2020-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital de licitação, que se realizará na Modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, observando-se as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, conforme as especificações e condições a seguir:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE, COM SUPORTE TÉCNICO, IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA E ATENDIMENTO DE SUPORTE ESPECIALIZADO IN LOCO, E TREINAMENTO PARA A EQUIPE DE GESTÃO DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, após o início da vigência do contrato (Art. 57, Inciso IV da Lei Federal 8.666/93), a pedido da **Superintendência da Tecnologia da Informática - STI**, para atender as necessidade da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme descrição detalhada no Termo de Referência-TR - Anexo I do Edital.  
Valor estimado – R\$ 290.233,33 (duzentos e noventa mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, (x) NÃO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia: **11 de agosto de 2020, às 09h00min.**

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Dia: **11 de agosto de 2020, às 10h00min.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:** [www.al.ro.leg.br](http://www.al.ro.leg.br) - licitações; [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) Esclarecimentos: [cpl@ale.ro.gov.br](mailto:cpl@ale.ro.gov.br) Telefone (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho-RO, 30 de julho de 2020.

Everton José dos Santos Filho  
Pregoeiro ALE/RO